



ACADEMIA MILITAR

O Estudo do Conflito do Leste da Ucrânia (Donbass) desde 2014 até 2015

Autor: Aspirante-Aluno de Artilharia Nuno Miguel Ferreira Rodrigues da Silva

Orientador: Professor (Doutor) António José Telo

Coorientador: Tenente de Artilharia Artur Jorge Abreu Varanda

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, maio de 2019



ACADEMIA MILITAR

O Estudo do Conflito do Leste da Ucrânia (Donbass) desde 2014 até 2015

Autor: Aspirante-Aluno de Artilharia Nuno Miguel Ferreira Rodrigues da Silva

Orientador: Professor (Doutor) António José Telo

Coorientador: Tenente de Artilharia Artur Jorge Abreu Varanda

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, maio de 2019

EPÍGRAFE

“É pelo carácter dos cidadãos, e não pela força das suas armas, que uma nação se revela superior às outras” (Powell, 1986, p. 40)

DEDICATÓRIA

Dedico à minha Família, Camaradas e Amigos,
Em particular à minha namorada, pais e irmã.

AGRADECIMENTOS

Após um ciclo de estudos e no culminar de doze semanas de trabalho cresce em mim sentimento de orgulho e, sobretudo, de reconhecimento a todos aqueles que contribuíram, de alguma forma, para a concretização deste trabalho. Esta investigação não representa apenas o finalizar de um percurso na Academia Militar, mas surge à laia de ponto final em sete anos de grandes aventuras, desafios, sucessos, conquistas e amizades conseguidas que, temperadas com todas as tristezas, insucessos e conflitos que me moldaram nesta fase, se revestem de um significado ainda mais profundo.

Posto isto, é com a maior sinceridade que tenho todo o gosto em agradecer aos que se seguem:

Ao Professor Doutor António José Barreiros Telo, meu orientador por, durante as aulas a que tive o prazer de assistir, ter sido um dos impulsionadores da curiosidade que estive na origem da escolha deste tema, e por me facultar acesso ao seu vasto conhecimento. Agradeço-lhe por ter aceitado o convite para ser meu orientador e ter-me enquadrando de forma exímia, desde a proposta de trabalho até à entrega do produto final, oferecendo uma visão realista e crítica que se provou fundamental para a definição de um problema de investigação realista, honesto, coerente e corretamente delimitado.

Ao meu coorientador, Tenente de Artilharia Artur Jorge Abreu Varanda pela forma como, incansavelmente, estive disponível para me encaminhar e esclarecer sempre que se revelou necessário; pela forma sempre pronta e clara com que facultou o seu entendimento pela compreensão que demonstrou face às minhas dificuldades; e, por último, pela amizade de que tive o prazer de usufruir (e, espero, retribuir) durante estes anos.

Ao Tenente-Coronel Jorge Manuel Dias Sequeira, regente da unidade curricular “*Teoria Geral da Estratégia – M322*” e seus adjuntos, pelos conhecimentos desta arte que é a Estratégia.

À Professora Ana Romão e seu adjunto, pelas aulas ministradas no âmbito da unidade curricular “*Metodologia da Investigação Científica Aplicada ao TIA – H252*”, que permitiram o domínio dos métodos e técnicas da investigação científica contribuindo, assim, para a construção de um modelo de análise mais objetivo e condizente com o meu trabalho e ao tema a que me propunha.

Ao Tenente-Coronel Vítor Manuel Morgado da Fonseca Afonso Jorge, diretor do curso de artilharia em 2017/2018 por ter aceitado o risco da opção de um tema que parece superficialmente distante da nossa Arma; agradeço, também, todos os conhecimentos lecionados na unidade curricular de “*Tática de Artilharia*”.

Ao Major Humberto Miguel Rodrigues Gouveia, atual diretor do curso de Artilharia, por todo o apoio e preocupação demonstrados ao longo destas doze semanas, permitindo-nos uma base de confiança e fluidez no desenvolvimento do trabalho; agradeço, também, a forma sempre pronta e disponível com que, juntamente com o seu adjunto Capitão Simão Manuel de Sousa Moreira, transmitiu o seu conhecimento, no âmbito das unidades curricular de Sistemas de Artilharia e Tiro.

Ao Capitão Nuno Joaquim Rebola Bento, por ter contribuído não só para a minha formação como Militar como também para o meu crescimento como pessoa, revelando-se, sendo um exemplo tanto nas ações militares como no ato social; agradeço-lhe por todas as discussões, acerca dos mais variados assuntos, bem como por todas as lições que me transmitiu desde que eu era soldado-cadete.

Aos Aspirantes-Alunos Adriano Mendez, André Pascoal Rodrigues, Herculano Costa, Rafael Ferreira, Samuel Romão Pereira e ao João Albano, ao meu curso de Artilharia: o seu apoio, camaradagem e amizade foram essenciais e muito bem-vindos, em especial durante este último ano; a todos, o meu sentido obrigado.

A dois Aspirantes-Alunos que foram marcantes no desabafo e partilha de momentos e experiências, durante estas semanas de trabalho; agradeço a vossa amizade foi, nestas semanas como nos últimos anos, uma lufada de ar fresco.

A todos os que fazem parte do curso de Exército – Armas bem como a todos os meus pares que foram um incentivo constante para nunca dar menos que o meu melhor.

À minha Família, este pilar na vida de um militar e de um homem, por toda a força e incentivo que demonstraram neste percurso; muito obrigado por tudo aquilo que fizeram e continuam a fazer por mim. Obrigado Pai, Ernesto Silva, Obrigado Mãe, Rosa Branca Silva, Obrigado “Mana”, Ana Silva e Obrigado aos restantes elementos da minha Família que tanto me ajudaram nestes últimos anos: esta alegria é tão vossa como minha.

Por último, à Carolina, por toda a força e paciência demonstrada ao longo desta minha caminhada; pela atenção às minhas inquietudes ou desânimos; pela confiança e valorização do meu trabalho, que foram essenciais para a observação dos meus objetivos e em todos os sucessos conseguidos. Em especial, obrigado pela ajuda prestada durante a elaboração desta investigação, especialmente pela compreensão quando sacrificava o tempo em prol deste

trabalho; pela coragem que me deste para enfrentar todas as minhas tarefas, mesmo em detrimento do tempo que te pudesse conceder, tanto ao longo do trabalho como durante os últimos anos da Academia Militar.

A todos, o meu sentido Obrigado e a certeza de que o vosso contributo estará, para sempre, gravado na minha memória: foram e são, em última análise, um excelso contributo para o Militar em que me tornei, no final deste ciclo de estudos. Destaco, ainda, a existência de um denominador comum, a Academia Militar à qual estarei para sempre agradecido e que é, sem dúvida, uma *“escola de valores na vanguarda do ensino superior”*.

RESUMO

Este trabalho de investigação tem como objeto de estudo o conflito na Ucrânia, entre 2014 e 2015, em particular na região do Donbass. O principal objetivo do estudo é a análise das Estratégias Gerais empregues pelos intervenientes no conflito na Ucrânia.

Com base em pesquisa bibliográfica e documental, procedeu-se a uma análise qualitativa das questões em causa, descrevendo, apreciando e interpretando os eventos de forma concisa e objetiva.

Em termos de resultados, salienta-se a divergência entre as Estratégias dos principais intervenientes, que se assume como espelho de uma dicotomia doutrinal e de valores entre os componentes do Sistema Internacional. De realçar, também a emergência dos sistemas de informação e comunicação como elemento de peso no desenrolar do conflito.

Palavras – Chave: Donbass, Ucrânia, Rússia, Conflito, Estratégia

ABSTRACT

The main subject of this research paper is the conflict in Ukraine, between 2014 and 2015, particularly in the Donbass region. The primary goal of the investigation is concerned with the analysis of the General Strategies employed by the major stakeholders in the matter of the Ukrainian conflict.

Based essentially on bibliographic and documental research, a qualitative analysis of the topic was conducted, describing, appreciating and interpreting the events in a succinct and objective manner.

As of results, it is important to distinguish the discrepancy between the Strategies of the primary intervenients, which takes on the form of a doctrinal discrepancy among the various components of the International System. Moreover, the role of information and communication systems is emphasized as one of the key factors in the conflict development.

Key words: Donbass, Ukraine, Russia, Conflict, Strategy

ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO 1 – NOÇÕES ELEMENTARES DE ESTRATÉGIA	4
1.1. O Conceito de Estratégia	4
1.1.1. Séc. XIX: Conceitos no âmbito da Estratégia Militar	5
1.1.2. Séc. XX: Conceitos no âmbito das Estratégias Gerais	6
1.1.3. A “Escola Portuguesa” e a evolução do conceito de Estratégia adotado	7
1.2. Aplicação da Estratégia	10
1.2.1. Formas de Coação	10
1.2.2. Preparação e Utilização da Força	12
1.2.3. Modo de Ação	13
CAPÍTULO 2 – Antecedentes do Conflito no Donbass.....	14
2.1. A Guerra Fria.....	14
2.2. Pós-Guerra Fria	17
2.3. A Revolução Laranja 2004 - 2005.....	18
2.4. Antecedentes Diretos do Conflito na Ucrânia	19
2.4.1. O Início	19
2.4.2. Anexação da Crimeia (2014).....	20
2.4.3. Crise em Kiev	21
CAPÍTULO 3 – Método	22
3.1. O Estudo	22
3.2. Modelo de Análise.....	23
3.3. Caso de Estudo	24
3.4. Dados	25
3.4.1. Liveuamap	25
CAPÍTULO 4 – Descrição do Caso de Estudo.....	27

4.1. Eventos após a anexação da Crimeia.....	27
4.1.1. Início da Guerra Civil no Leste da Ucrânia.....	27
4.1.2. Intensificação dos combates	29
4.1.3. Intervenção Russa.....	30
4.1.4. Escalada da Violência e Acordo de Minsk II	31
CAPÍTULO 5 – Análise da Estratégia dos Beligerantes.....	33
5.1. Estratégia Política.....	33
5.1.1. Rússia	34
5.1.2. Bloco Ocidental	36
5.1.3. A Ucrânia.....	38
Fonte: construído pelo autor; adaptado de Ramas (2016)	39
5.2. Estratégia Militar	39
5.2.1. Rússia/Forças Separatistas pró-Rússia	40
5.2.2. Bloco Ocidental	42
5.2.3. A Ucrânia.....	43
5.3. Estratégia Económica	44
5.4. Estratégia Informática-Eletrónica.....	46
CAPÍTULO 6 - Discussão.....	48
6.1. Emprego da Estratégia Política pelos intervenientes no conflito	48
6.2. Emprego da Estratégia Militar pelos intervenientes no conflito	49
6.3. Emprego da Estratégia Económica pelos intervenientes no conflito	52
6.4. Emprego da Estratégia Informática-Eletrónica pelos intervenientes no conflito	53
6.5. As Estratégias Totais empregues pelos intervenientes do conflito da Ucrânia	54
CONCLUSÃO.....	56

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Formas de Coação da Estratégia	11
Figura 2 – Território da Ucrânia, Região de Donbass	24

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Posição política dos intervenientes no Conflito na Ucrânia relativamente a acontecimento chave no âmbito do mesmo	38
Tabela 2 – Sumário dos principais elementos a destacar na Doutrina Militar Russa de 2014	40

LISTA DE APÊNDICES E ANEXOS

Apêndice A - Relações entre a Política e a Estratégia.....	i
Apêndice B – Objeto (Estratégia) e os Critérios de Classificação	ii
Apêndice C – Modelo de Análise.....	iii
Apêndice D – Artilharia de Campanha em Donbass	iv
Apêndice E – Esquema entre as Estratégias Militares dos EUA e da Rússia	vi
Anexo A – Entrevista do programa “Prós e Contras”	vii
Anexo B – Evolução do Conflito na Região de Donbass.....	x

LISTA DE ABREVIATURAS, ACRÓNIMOS E SIGLAS

EUA	Estados Unidos da América
MLRS	Multiple Launch Rocket Systems
OSCE	Organização para a Segurança e Cooperação na Europa
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico do Norte
UE	União Europeia
UEE	União Económica da Eurásia
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

INTRODUÇÃO

Durante o período correspondente à Guerra Fria o Sistema Internacional pôde ser concebido como um de antagonismo entre o capitalismo Ocidental e o comunismo Oriental: de um lado, o “mundo Ocidental”, centrado na “aliança atlântica” formada em torno dos Estados Unidos da América – a OTAN –, assente em valores liberais e democráticos; do outro, o “bloco de Leste”, dominado ideologicamente e (em muitos aspetos) diretamente – em termos políticos, económicos e militares – pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas através do Pacto de Varsóvia.

No pós-Guerra Fria (e na sequência da queda da URSS), a hegemonia americana significou um período de globalização e de expansão das organizações e ideais liberais e democráticos que, gradual e inexoravelmente, se propagaram em direção a Oriente. A ameaça soviética tinha sido, aparentemente, aniquilada, e os países europeus agiram em conformidade, drástica e unanimemente reduzindo a fatia orçamental destinada à defesa.

Mearsheimer, acérrimo defensor de uma abordagem realista às relações internacionais, refere que os estados com estatuto de grandes potências procuram, num Sistema Internacional essencialmente anárquico, tornar-se o elemento dominante a nível mundial (Mearsheimer, 2014). Vladimir Putin, que considera a dissolução da URSS como uma catástrofe geopolítica (Monaghan, 2015), vê no fenómeno da globalização e expansão do liberalismo uma ameaça aos ideais russos. Assim, não é insólito que se tenham verificado, por parte da Rússia, várias tentativas de reaproximação – quando as relações são favoráveis – ou confronto – quando as relações são desfavoráveis – com os países que constituíram a URSS. Em particular, desde 2014, as ações agressivas da Rússia na periferia do território da OTAN são testemunho de uma clara disposição dos chefes russos em atingir objetivos políticos através do uso da força.

Os diplomatas dos EUA e da UE, apesar de conscientes da irrefutável divergência entre os ideais e políticas da União Europeia e os dos países a Oriente, tinham esperança de que o modelo social e económico Ocidental alastrasse através das políticas de cooperação com os estados vizinhos e da expansão da própria OTAN (Krastev & Leonard, 2015). No entanto, verificou-se precisamente o contrário: em boa verdade, o Kremlin já teria condenado, por diversas vezes, o crescimento quer da OTAN quer da UE, alegando que esta expansão funcionava como uma ameaça à soberania e integridade territorial russas. Ao longo

das últimas décadas, o clima de tensão entre o Oriente e o Ocidente tem vindo a agravar-se; a deposição do presidente ucraniano, Viktor Yanukovych de tendência pró-russas, em Fevereiro de 2014, levou a Rússia a responder com a anexação da península da Crimeia, aproveitando a vulnerabilidade militar dos países europeus e o facto da Ucrânia não pertencer à OTAN (invalidando uma intervenção direta da mesma).

Inicialmente, o conflito aparentava, para um observador leigo, tratar-se de uma guerra civil, uma vez que teve a sua génese numa série de manifestações (na sequência da recusa do então presidente ucraniano em assinar um acordo de aproximação a Ocidente) que opuseram forças separatistas, pró-Rússia, a forças ucranianas. Na verdade, a situação tem origem nas intenções diferenciadas de diversos atores internacionais que influenciaram e procuraram coagir fenómenos de protesto e revolta num país que se encontra na charneira entre dois ideais, motivando as batalhas¹ de maior escala na Europa após a Segunda Guerra Mundial.

A análise da estratégia dos intervenientes durante o conflito na Ucrânia visa estudar de que forma os diferentes meios e níveis de coação foram empregues, desde a estratégia militar até às estratégias de comunicação adotadas para controlar a narrativa num clima de densa mediatização do conflito. Assim, a questão central que orienta este trabalho é *“Quais as Estratégias Totais empregues pelos intervenientes do conflito da Ucrânia entre abril de 2014 e fevereiro de 2015?”*. Daqui se retiram as perguntas derivadas, que se prendem com o emprego, por parte dos intervenientes no conflito – de um lado, a Ucrânia e os seus apoiantes; do outro, os movimentos separatistas e a Federação Russa – das estratégias política, militar e económica e da influência dos meios de informação do desenrolar dos acontecimentos, a saber:

QD1: Qual a estratégia política empregue pelos intervenientes do conflito durante o período considerado?

QD2: Qual a estratégia militar empregue pelos intervenientes do conflito durante o período considerado?

QD3: Qual a estratégia económica empregue pelos intervenientes do conflito durante o período considerado?

QD4: Qual a estratégia informática-eletrónica empregue pelos intervenientes do conflito durante o período considerado?

¹ A título de exemplo, existem dados que mostram que, no Donbass, a artilharia produz aproximadamente 80% de todas as vítimas, sendo que a maior disponibilidade de vigilância aérea, combinada com fogos em massa e o sistema de lança-foguetes múltiplo, são indícios de um novo nível de violência (Karber & Thibeault, 2016).

Quanto à delimitação espaço-temporal do trabalho, são analisados os acontecimentos na região do Donbass durante o período entre abril de 2014 (que coincide com o início das hostilidades) e fevereiro de 2015 (altura em que é assinado o Acordo de Minsk II).

No primeiro capítulo, aborda-se o conceito de Estratégia, nas suas diversas vertentes, de forma a definir os conceitos e a teoria que enquadram o estudo. Por sua vez, o capítulo seguinte fornece o enquadramento histórico relativamente aos antecedentes da crise e à relação, prévia ao conflito, entre os seus atores. O terceiro capítulo visa o esclarecimento da natureza, objetivos e abordagem à investigação. Salienta-se, nesta fase, a descrição da base de dados online *Liveuamap*, que proporciona um acompanhamento sem precedentes da evolução do conflito e do seu retrato nas redes sociais. O quarto capítulo retrata o desenrolar do conflito em si, de uma forma essencialmente descritiva, de forma a permitir a análise das estratégias dos intervenientes que é feita no quinto capítulo. Finalmente, o sexto capítulo – Discussão – responde às questões derivadas e à questão central.

CAPÍTULO 1 – NOÇÕES ELEMENTARES DE ESTRATÉGIA

O presente capítulo, tratando-se do primeiro, vista a descrição e esclarecimento de diversas noções elementares sobre estratégia, essenciais para uma plena compreensão de complexas questões posteriormente analisadas. Similarmente, procura orientar a percepção, estudo e desenvolvimento da investigação.

A divisão em dois subcapítulos foi pensada de forma a facilitar a estruturação do raciocínio: em primeiro lugar, no subcapítulo “O Conceito da Estratégia”, descreve-se e decompõe-se o conceito de Estratégia à luz da sua evolução histórica, passando assim pelos conceitos de variados autores, Clausewitz, Lidell Hart, André Beaufre e Cabral Couto. No final, é descrito o conceito de estratégia adotado. Como o seu próprio nome sugere, o segundo subcapítulo, “Aplicação da Estratégia”, descreve como a estratégia orienta os meios de coação em serviço do poder político, detalhando também as suas subdivisões.

1.1. O Conceito de Estratégia

“... a evolução do conceito de estratégia é de facto um desafio, por volumoso e complexo, (...) com múltiplas ligações a outros domínios da ciência/arte e da atividade da praxis da acção...”

(Dias & Sequeira, 2015, p. 13)

Como Dias e Sequeira demonstram na citação anterior, definir o conceito estratégia não é algo que se faça levianamente, e se no início a estratégia estava unicamente ligada ao fenómeno da guerra, com o evoluir dos tempos, das sociedades e devido a um fenómeno denominado por “deriva estratégica”, o conceito apresenta-se na sua forma máximo quanto à sua generalização, sintetizando-se a estratégia a qualquer domínio da atividade humana, fora daquilo que é a violência militar.

Com isto, esta investigação terá em conta que os conceitos que demonstrem lidar apenas com o elemento militar e o nível operacional não serão satisfatórios, especialmente, devido ao nível de charneira em que será aplicado o conceito de estratégia. A este nível, atribuem-se as responsabilidades das áreas setoriais do governo, como a militar, a administração interna, a económico-financeira, a diplomática, a cultura ou ainda a informação (Correia, 2018).

1.1.1. Séc. XIX: Conceitos no âmbito da Estratégia Militar

É comum o uso erróneo dos termos Tática e Estratégia de forma intermutável: em pleno séc. XIX, Napoleão considerava essencial a separação do nível da Tática dos níveis superiores da guerra, que designava por «Grande Tática»; Napoleão é, ainda, responsável pela formulação do esquema estratégico «Divisão». Por sua vez, o Arquiduque Carlos da Áustria é o primeiro a referir a Estratégia como Ciência (Dias & Sequeira, 2015).

Na mesma altura, o conceito aparece perfeitamente identificado e definido, graças a Clausewitz. Na sua obra *Da Guerra*, em que rotula a guerra como um instrumento e como a continuação da política por outros meios, concorda com Napoleão no que diz respeito à necessidade de separação dos conceitos de Estratégia e Tática, que considera atividades distintas: enquanto a Estratégia é definida como a “*arte de ligar os combates uns aos outros ou a teoria relativa à utilização dos empenhamentos ao serviço da guerra.*” (Borges, 2008, p. 29), a Tática será a “*arte de dirigir e ordenar as ações de combate.*” (Borges, 2008, p. 29).

Ao afirmar que a Estratégia seria a “arte de utilizar as batalhas para atingir os fins da guerra (...) [Clausewitz] estabelece o plano de guerra.” (Borges, 2008, p. 29); referindo-se aos objetivos da guerra está a referir-se aos objetivos traçados pela política, opinião esta que leva a que seja considerado como um dos mais acérrimos defensores das relações entre o Poder Político e o Poder Militar (Correia, 2018). Ainda quanto à Estratégia, Clausewitz, defende que esta só tinha que preocupar-se com os Corpos e Divisões de um Exército enquanto que as subdivisões ficariam à responsabilidade da Tática (Correia, 2018).

Outro pensador das artes militares, Henry de Jomini afirma, em *L'Art de la Guerre*, que a Estratégia é “...*arte de fazer a guerra no mapa e compreende todo o teatro de guerra.*” (Barroso, 2008, p. 401). Separando por completo os conceitos de Estratégia e Tática. Jomini afirma que a estratégia é uma atividade e uma arte exclusivamente militar, mas de elevado nível, cabendo-lhe decidir quando e onde quer combater (Dias & Sequeira, 2015).

Helmut Von Moltke defende o tratamento da Estratégia aos mais altos níveis, considerando-a um assunto da responsabilidade dos Generais, mas com a particularidade de ter de responder perante o governo que serve fixando a responsabilidade do comando militar do governo em questão (Dias & Sequeira, 2015). Assim, Moltke defende que a Estratégia é a utilização, na prática, dos meios à disposição dos senhores do exército, dos generais, de forma a possibilitar o atingimento das finalidades da guerra. Indo de encontro ao que defende

Jomini, Moltke afirma ainda que a Estratégia é quem impõe o tempo e lugar das batalhas, enquanto a Tática define os parâmetros do combate propriamente dito (Borges, 2008).

1.1.2. Séc. XX: Conceitos no âmbito das Estratégias Gerais

As variações do conceito desenvolvidas e pensadas após Clausewitz, pelos mais variados autores, viriam a manter-se essencialmente semelhantes até ao final da Primeira Guerra Mundial. É na reta final do século XIX que começa a surgir a ideia de que à Estratégia não só compete aplicar os instrumentos de coação durante a guerra, mas também promover o seu desenvolvimento em tempo e situação de paz (Correia, 2018).

A Primeira Guerra Mundial veio alargar o âmbito da Estratégia, que deixou de ser exclusivamente relacionada com conceitos bélicos e militares, passando a incluir outras formas de coação, com especial destaque para a económica. No seguimento desta ideia, Liddell Hart decompõe a Estratégia como a “*arte de coordenar e dirigir todos os recursos de uma Nação (...) para a consecução dos objetivos definidos pela política.*” (Couto, 1988, p. 196), oferecendo-lhe a designação de «Grande Estratégia»; à semelhança de outros pensadores bélicos, também ele destaca e define dois níveis adicionais, inferiores: o da Estratégia Militar² e o da Tática³ (Borges, 2008).

Liddell Hart considerava, ainda, que a Grande Estratégia se subdividia em elementos, como o Poder Militar, o Poder Financeiro, o Poder Diplomático e o Poder Comercial; estes últimos, a par da pressão Ética, contribuiriam para o enfraquecimento da vontade do adversário (Borges, 2008). É de salientar que este pensador inglês privilegia outros meios de coação que não a violência, condizente com o princípio anteriormente referido, da autoria de Sun Tzu, de “vencer sem combater”. Entre as duas Grandes Guerras do século XX, Liddell Hart, procura transformar o fenómeno da guerra em que transcende o âmbito militar, salientando o facto de a estratégia ter ido além da mera condução das operações militares, passando a abranger uma coordenação integrada de todos os setores do país (Correia, 2018).

A visão de Liddell Hart seria confirmada pela Segunda Guerra Mundial: é reforçada a importância da Estratégia, alargando-se o conceito de forma a abarcar todos os domínios de ação do estado. Tal é reforçado pelo aparecimento das armas nucleares e pelo aumento das guerras irregulares, que provocou que as reflexões sobre o fenómeno da Estratégia

² Aplica os meios militares para atingir os fins da política.

³ Aplicação da estratégia militar a escalões mais baixos.

fossem estendidas não só a áreas militares, mas também assistindo-se a um fenómeno da generalização do conceito (Borges, 2008).

Ressalvando as extensões ao conceito de Estratégia anteriormente referidas, destacam-se, de seguida, algumas definições de estratégia feitas por pensadores da segunda metade do século XX.

Primeiro, o contributo do General André Beaufre que, na obra *Introdução à Estratégia*, afirma que a arte da guerra inclui a Estratégia, a Tática e a Logística⁴ (Beaufre, 2004). Beaufre defende que a Estratégia existe e deve ser usada para atingir os fins fixados pela política, sendo clara a sua opinião de que esta deverá ser uma forma de pensar a guerra, na medida em que cada situação corresponderá a uma situação em particular, em que deve existir uma dialética de vontades compatível com o emprego das forças na resolução do conflito: conclui, assim, que a Estratégia é composta por um objeto denominado coação e que o seu ambiente de que operações é a dialética de vontades (Borges, 2008). O General organiza esta sua teoria numa pirâmide que tem vindo a ser reciclada e adaptada desde os tempos da sua criação.

Schelling refere que a estratégia trata “*não apenas da aplicação da força, da forma mais eficiente, mas principalmente da exploração da força potencial.*” (Couto, 1988, p. 197)

O General Gambiez define a estratégia como “*a arte de, em tempo de paz como em tempo de guerra, harmonizar os espaços-tempos específicos de cada categoria dos meios postos em acção, para conservar o máximo de liberdade de acção e criar uma situação táctica vantajosa, em potência ou em acto, e que permitia, com os menores custos, satisfazer necessidades políticas definidas*” (Gambiez apud Couto, 1988, p. 198).

O Almirante Wyle descrevia a estratégia como sendo “*... um plano de acção destinado a alcançar-se um fim; é uma finalidade juntamente com um sistema de medidas para a sua consecução.*” (Wyle apud Couto, 1988, p. 198).

Rosinsky, diz-nos que a estratégia é a “*... arte da direcção global do poder para controlar áreas e situações a fim de se atingirem objetivos.*” (Rosinsky apud Couto, 1988, p. 198).

1.1.3. A “Escola Portuguesa” e a evolução do conceito de Estratégia adotado

Cabral Couto apresenta várias definições, sendo que em 2001 definia a Estratégia como a “*a Ciência e arte de gerar, estruturar e tirar partido das forças tangíveis e*

⁴ Ciência dos movimentos e dos reabastecimentos (Beaufre, 2004)

intangíveis de uma unidade política ou coligação, a fim de se atingirem objetivos políticos que suscitem ou podem suscitar a hostilidade de uma outra vontade política". Posteriormente, em 2002, a definição progrediu e foi alargada pelo autor para "*a Ciência/Arte de, à Luz dos fins de uma organização, gerar, estruturar e utilizar recursos tangíveis e intangíveis, a fim de se atingirem objetivos, num ambiente conflitual ou competitivo*"⁵. Esta evolução parece dever-se a um fenómeno descrito como "Deriva Estratégica": a evolução da vida em sociedade, a estrategização da vida e a anarquia de conceitos⁶ levam a uma certa vulgarização do uso palavra Estratégia (até porque parece conferir, aos que a empregam, determinado *status quo*); este alargamento do conceito consente que a hostilidade deixe de se apresentar como um limite (Dias & Sequeira, 2015).

Cientes deste processo evolutivo, Mendes Dias e Dias Sequeira vão mais longe: defendem que, quando se fala em conflito existe a finalidade primária e direta de provocar danos no oponente, sendo o cumprimento das regras mais problemático, dada a natureza humana e o fenómeno de massas. Reassumem, assim, a hostilidade como barreira natural que distingue o Conflito da Competição. De facto, são diversos os autores que destacam a intencionalidade e a hostilidade como parte integrante do conceito de Conflito: Freund (1974) diz-nos que o conflito:

"...consiste num confronto intencional entre dois seres ou grupos da mesma espécie que manifestam, um em relação ao outro, intenção hostil, em geral a propósito de um direito, e que para manterem, afirmarem ou restabelecerem esse direito procuram quebrar a resistência do outro, eventualmente pelo recurso à violência física, a qual pode tender, se necessário, ao aniquilamento físico." (Freund, 1974).

Do exposto decorre que se, em determinada situação, dois ou mais atores têm objetivos incompatíveis irá estabelecer-se um Conflito; será esta a única altura em que é correto falar de Estratégia. Se não há Conflito, não há Estratégia. Em contrapartida, no caso de os Objetivos serem idênticos, estamos perante um ambiente de Cooperação; se forem complementares fala-se de um ambiente de Reciprocidade.

A definição de estratégia defendida pela OTAN (NATO, 2019) prende-se com a forma como o poder militar deve ser desenvolvido e aplicado para que se atinjam os objetivos de uma nação ou de um conjunto de nações. Pode dividir-se em "grande estratégia"

⁵ É o arquiduque Carlos da Áustria, o primeiro a referir-se à Estratégia como Ciência, na medida em que "pressupõe um conjunto de conhecimentos sistematicamente organizados e correlacionados" (Dias C. M., 2010).

⁶ Um exemplo disso será o uso, muitas vezes erradamente intermutável, das palavras Conflito e Competição (Dias C. M., 2010).

(em essência, de cariz geopolítico) e “estratégia militar”, que converte objetivos políticos e geopolíticos em propósitos militares tangíveis.

É certo, no entanto, que a relação entre os conceitos de Política⁷ e Estratégia não tem sido sempre consensual: no geral, a Política é entendida com hierarquicamente superior à Estratégia, mas há correntes que defendem o contrário, sendo de opinião que “toda a condução política deve ser desenvolvida à luz de determinada concepção estratégica”⁸.

Convém realçar, também, que a relação entre a Política e a Estratégia poderá ser estabelecida de diferentes maneiras, embora nalguns pontos que se possam tornar indistinguíveis ou indissociáveis. Muitas das vezes, por exemplo, o político é simultaneamente o estrategista⁹.

No fundo, a política comanda a estratégia, sendo um fim, enquanto a estratégia será o meio para a observância desse fim, devendo existir independente de qualquer referência ideológica.

Devido a um processo de desenvolvimento no seio de uma sociedade organizada, verifica-se a monopolização da violência física; assim, ocorre uma divisão do poder político, que passa a ser tipificado através de três características: A primeira é construída através de uma posição de controlo, por parte dos detentores do poder político, ao não permitirem a formação de grupos armados independentes. A segunda, é tida como a capacidade absoluta e não partilhada daqueles que possuem o poder político de tomarem decisões em nome de um povo, no que à distribuição dos recursos diz respeito. A última característica é qualificada pela capacidade de influência dos detentores de poder (exercida através da ordem jurídica) nas variadas esferas de atividade de outros membros, influenciando-os no sentido de um fim desejado ou desviando-os de um fim não desejado – de destacar, neste último caso, a possibilidade de intervenção no contexto de violação de determinadas normas primárias (Dias & Sequeira, 2017).

Com isto, para esta investigação vai ser considerada a definição de estratégia utilizada por Mendes Dias e Dias Sequeira na obra “*ESTRATÉGIA – Fundamentos Teóricos: Tomo I*”. Para estes autores a Estratégia é “a Ciência e arte de gerar, estruturar e utilizar recursos tangíveis e intangíveis a fim de uma organização atingir objetivos por si estabelecidos, que

⁷ “... atividade desenvolvida para a conquista e manutenção do poder segundo certos ideais que se pretende fazer aceitar e realizar na sociedade” (Caetano, 1993, p. 15).

⁸ Clausewitz opta por “...induzir à colocação da política como enquadramento superior, em particular, do nível estratégico” (Dias C. M., 2010, p. 90).

⁹ Este é conhecido como o que age, o que tem a praxis como homem de ação, diferente da denominação por Estrategista, que é aquele que não tem possibilidade de decisão, conhecido como aquele que estuda o fenómeno das questões de conflito, podendo fazer parte de um *staff* mas sem a dita tomada de decisão (Dias, 2017).

suscitam ou podem suscitar hostilidade de uma outra vontade ou estrutura organizacional” (Dias & Sequeira, 2015, p. 88). Todas as decomposições subsequentes do conceito de estratégia estão assentes nesta formulação.

1.2. Aplicação da Estratégia

Como anteriormente referido, segundo Cabral Couto, a Estratégia possui uma finalidade: visa a consecução de objetivos políticos, através do desenvolvimento e utilização da força. Esta ciência (e arte), é da competência das mais altas hierarquias civis e militares, estendendo-se a sua execução a todos os setores de uma unidade política (Couto, 1988).

Pedro Correia explica como o conceito se poderá traduzir em ação, através das mais variadas formas, em que a “(...) *intervenção estratégica de um sujeito pode assumir, nos seus processos de análise, planeamento e execução para gerar, organizar e acionar os meios de coação necessários para enfrentar um outro que conscientemente ameaça ou prejudica a consecução dos seus objetivos.*” (Correia, 2018, p. 34).

Posto isto, destaca-se a importância de compartimentar as diferentes maneiras com que a Estratégia poderá ser designada conforme o critério de classificação adotado. Segundo, Mendes Dias e Dias Sequeira, os critérios mais utilizados são a classificação: quanto às formas de coação, quanto à preparação e utilização das forças e quanto ao estilo ou modo de ação.

1.2.1. Formas de Coação

Se a Estratégia é pensada aos mais altos níveis militares e (como anteriormente referido) subordinada à Política, a sua aplicação prática requer a divisão em estratégias especializadas: Beaufre representa esta divisão sob a forma de uma pirâmide, na qual apresenta as diferentes estratégias, definidas por Cabral Couto como “...*distintas e interdependentes, que se torna necessário definir com clareza, para as combinar da melhor maneira num conjunto de ações que vise a mesma finalidade de conjunto.*” (Couto, 1988, p. 227). Assim, Beaufre subordina à Política a denominada Estratégia Total que, por sua vez, se sobrepõe às Estratégias Gerais; por último, as Estratégias Particulares apresentam-se relacionadas com (e incluídas em) cada uma das Estratégias Gerais.

A conceção de estratégia segundo Mendes Dias e Dias Sequeira (2015) é uma adaptação da “pirâmide de Beaufre”. No topo da pirâmide, verificamos a presença da Estratégia Total: esta é responsável por conceber a forma de utilização dos recursos morais

e materiais de forma a responder às possíveis ameaças e à consecução dos objetivos políticos. Segundo Cabral Couto, à Estratégia Total cabe a responsabilidade de juntar todo o sistema estratégico entendido, então, não como uma simples “...*justaposição de estratégias*...” (Couto, 1988, p. 229), mas como a “...*a integração das várias estratégias gerais, com as suas interações*” (Couto, 1988, p. 229). A meio da pirâmide encontramos a correspondência das Estratégias Gerais¹⁰ às formas de coação existentes, cabendo-lhes objetivos específicos definidos pela Estratégia Total: “*Às estratégias gerais interessa, sobretudo, a conduta da ação (...) da responsabilidade dos ministros interessados.*” (Couto, 1988, p. 229).

Por último, na base da pirâmide de Beaufre, encontramos a Estratégias Particulares, que se subdividem, “*de acordo com a natureza dos meios que empregam ou dos setores a que se dirigem...*” (Couto, 1988, p. 230).

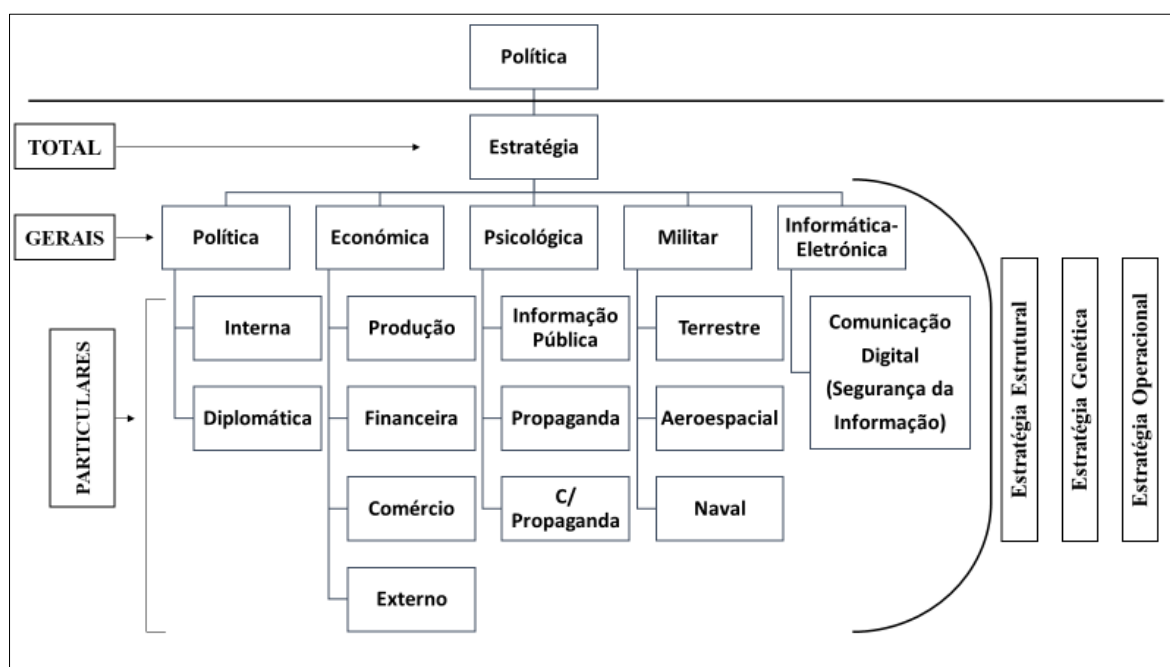


Figura 1 – Formas de Coação da Estratégia

Fonte: construído pelo autor, adaptação de Dias Sequeira e Mendes Dias (2015) e Cabral Couto (1988)

¹⁰ Uma vez que a Estratégia não só é responsável pela utilização, mas também pelo desenvolvimento da força, do exposto se conclui que as Estratégias Gerais concernem aquilo que se quer e deve fazer, sendo por este motivo que constituem o nível de charneira entre a Estratégia Total e as Estratégias Particulares.

1.2.2. Preparação e Utilização da Força

Distinguem-se, na Estratégia, os aspetos relacionados com a utilização dos meios, com a geração e criação de novos meios e os aspetos correspondentes à composição, organização ou articulação dos meios: a estes cabem, respetivamente, as designações de Estratégia Operacional, Estratégia Genética e Estratégia Estrutural.

Mas a que questões procuram estas três estratégias responder? Cabral Couto associa cada classificação da Estratégia uma interrogativa em específico.

A Estratégia Operacional esclarece “*como devem ser utilizados os meios existentes, atendendo às suas características e possibilidades, para se alcançarem os objetivos superiormente fixados.*” (Couto, 1988, p. 231). É responsável por compreender a utilização e rentabilização dos recursos e meios; por conceber e executar a manobra estratégica em cada um dos seus domínios ou divisões da estratégia, procurando conciliar os objetivos a atingir com as possibilidades proporcionadas pelas táticas e técnicas do domínio considerado, mas também orientar a evolução daquelas de forma a adaptá-las às necessidades da estratégia.

A Estratégia Estrutural procura responder a “*...que estruturas devem ser eliminadas, corrigidas, desenvolvidas ou criadas, de forma a reduzirem-se vulnerabilidades e a reforçarem-se potencialidades, obtendo um melhor rendimento dos meios e recursos...*” (Couto, 1988, p. 232).

Esta estratégia tem como função essencial a organização e rentabilidade dos recursos (Correia, 2018). É também responsável pela análise e deteção das vulnerabilidades e das potencialidades das estruturas existentes, podendo conduzir à criação de novas estruturas de forma a colmatar ou eliminar as vulnerabilidades e, consequentemente, reforçar as potencialidades existentes.

Por último, a Estratégia Genética procura esclarecer a quantidade necessária de meios e instrumentos de que se deverá dispor nos prazos de 5, 10 ou 20 anos, tendo em atenção a evolução previsível da conjuntura mundial e nacional da tecnologia (Couto, 1988). Esta divisão da Estratégia assume-se como sendo uma das mais fundamentais, pois possui a responsabilidade de aquisição de recursos e meios (Correia, 2018). O horizonte temporal com que opera a Estratégia Genética torna-a extremamente delicada, uma vez requer.

Um empenhamento de recursos materiais, humanos e técnicos durante um período de tempo que poderá ser longo; daí que os prazos de consecução dos programas propostos assumam uma grande importância, por serem, muito provavelmente, dificilmente reversíveis

ou corrigíveis, a não ser com elevados prejuízos¹¹. Tem a preocupação de, no momento adequado, dispor a estratégia operacional de novos meios, meios este que poderão ser inventados, construídos e/ou adquiridos tendo em atenção a evolução previsível da conjuntura¹² (Correia, 2018).

1.2.3. Modo de Ação

Se já se designou a Estratégia de várias formas, desde a sua relação com o critério do objeto até à utilização e desenvolvimento da força, falta-nos relacioná-la com o modo de ação de preferência do estrategista para atingir a sua finalidade, ou seja, como “... o pensamento, a forma de agir, a tipologia de abordar as questões e um padrão que pode ser descortinado nas decisões tomadas por um determinado «actor estratégico».” (Dias & Sequeira, 2015, p. 98).

Assim, quanto ao estilo de ação a estratégia relaciona-se com a natureza dos meios de coação e a forma de como são utilizados, podendo ser classificada como estratégia direta ou indireta. A primeira procura obter a decisão através do emprego de forças militares, sendo estas consideradas como o principal meio de coação¹³: quando um ator (nível da Estratégia Total) decidir optar por uma Estratégia Direta, é sinal que usa predominantemente a coação militar, o que implica uma menor proporção de utilização de outros domínios. Caso estes outros domínios¹⁴ sejam privilegiados, em detrimento da coação militar, falamos de uma abordagem que é fruto, essencialmente, de uma Estratégia Indireta.

¹¹ O programa *Future Combat Systems* adquirido pelo exército americano que tinha como objetivo catapultar as forças armadas em direção a uma nova geração de equipamento relacionado com a guerra terrestre acabou por se mostrar pouco mais que um desperdício de 18 biliões de dólares (Sprenger, 2016).

¹² De destacar, que a Estratégia Genética, só está ao alcance das grandes potências (Couto, 1988). Quer isto significar que, se se dispuser de grande poder político, militar e económico, poder-se-ão conceber meios que melhor permitam a realização da estratégia operacional anteriormente pensada. Daqui se deduz que uma pequena potência terá que ajustar a sua estratégia operacional face aos meios que possui e aqueles que poderá obter ou produzir.

¹³ Isto representa uma abordagem ao problema mais incisiva, privilegiando um trajeto mais curto, de maior clareza e com uma solução mais frontal sobre ações mais complicadas, na existência de mais rodeios, mais característicos da Estratégia Indireta.

¹⁴ Ou seja, o económico, a política, o psicológico e a informática-eletrónica.

CAPÍTULO 2 – Antecedentes do Conflito no Donbass

O presente capítulo esclarece as dimensões históricas, económicas, políticas e sociais do conflito em estudo. Para tal começa por abordar-se o tema da Guerra Fria – importante para uma correta interpretação e contextualização das atuais relações entre os intervenientes, destacando-se a sua relevância na história da Ucrânia e das suas ligações à Rússia. Neste contexto, segue-se uma breve referência à situação relacional no Sistema Internacional no período pós-Guerra Fria, terminando com a descrição da Revolução Laranja (predecessor direto do atual conflito na Ucrânia) e com o relato do início da crise em Kiev, que esteve na origem da anexação da Crimeia e da guerra no Donbass.

2.1. A Guerra Fria

Com início após a II Guerra Mundial, em 1946, este período de tensão geopolítica vivido entre a União Soviética e os Estados Unidos da América teve a sua génese depois de um documento da autoria do diplomata George Kennan (o chamado *Telegrama Longo*) ter proposto e consolidado as políticas de contenção do expansionismo soviético, após se ter percebido a relutância soviética em apoiar a criação e manutenção do Banco Mundial e do FMI¹⁵; no ano seguinte a Doutrina de Truman expandiu estas políticas (Rank, 2019).

Neste contexto, o termo “Fria”¹⁶ está relacionado com o facto de nunca ter ocorrido um conflito direto de larga escala entre os dois intervenientes. Tanto os EUA como a União Soviética financiaram e apoiaram conflitos regionais numa série de guerras por procuração¹⁷. Este recurso limitado às armas traduziu-se numa guerra baseada em frentes económicas e políticas, com uma forte componente de propaganda (Britannica, 2019).

Após a queda da Alemanha Nazi, em maio de 1945, e do fim da Segunda Guerra Mundial, a frágil aliança que se formara entre os EUA e a Grã-Bretanha e a União Soviética começou a desmoronar-se: em 1948, os Soviéticos haviam instaurado governos de esquerda, com fortes tendências comunistas, nos países do Leste da Europa libertados pelo Exército

¹⁵ De entre os motivos percebidos por Kennan para esta recusa e que posteriormente, estariam relacionadas com o ambiente de tensão, destacam-se o facto de o poder soviético ser "impervious to the logic of reason" e "highly sensitive to the logic of force" (Kennan, 1946).

¹⁶ O escritor George Orwell usou este termo no seu ensaio *You and the Atomic Bomb*, publicado em Outubro de 1945 - “Looking at the world as a whole, the drift for many decades has been not towards anarchy but towards the reimposition of slavery... James Burnham's theory has been much discussed, but few people have yet considered its ideological implications—that is, the kind of world-view, the kind of beliefs, and the social structure that would probably prevail in a state which was at once unconquerable and in a permanent state of “cold war” with its neighbours” (Orwell, 1945).

¹⁷ Em Inglês, *proxy wars*.

Vermelho. Nesta altura, era evidente o contraste entre a fragilidade da União Soviética e o poder dos EUA, que contavam com a bomba atômica – por isso, *“de forma paradoxal e contraintuitiva, a melhor maneira de evitar a guerra era fingir que a URSS estava realmente preparada para arriscar um conflito”* (Freeze, 2017, p. 420) Assim, por um lado, o Ocidente temia o domínio russo da Europa de Leste e a integração de partidos comunistas de influência soviética nos governos democráticos dos países da região; por outro, os Soviéticos mostravam-se determinados a manter a hegemonia da Europa de Leste, tanto por questões de auto-preservação (para defesa, por exemplo, contra potências como havia sido o Regime Nazi) como por questões de natureza ideológica, numa tentativa de disseminar os ideais comunistas (Britannica, 2019).

Por volta de 1948, esta tensão era por de mais evidente, na medida em que a assistência económica por parte dos EUA aos países do Leste da Europa, no âmbito do Plano Marshall¹⁸, colidiu com a influência exercida pelos regimes abertamente comunistas desses países. Nos anos que se seguiram, o clima de tensão aumentou consideravelmente, por diversos fatores, como a criação da OTAN, a perda de exclusividade americana no controlo do poder nuclear (pela demonstração do mesmo poder por parte da União Soviética) e a invasão da Coreia do Sul pela Coreia do Norte (apoiada pelos Soviéticos).

O clima de tensão abrandou aquando da morte de Estaline, em 1953; no entanto, o Pacto de Varsóvia¹⁹ veio consolidar uma aliança militar organizada entre os países do bloco soviético porque *“a Europa do leste era inegociável; era o grande prémio que a União Soviética ganhara na Segunda Guerra Mundial.”* (Fuller , 2017, p. 421); no mesmo ano (1955), a Alemanha Ocidental passou a integrar a OTAN (Rank, 2019).

Entre 1958 e 1962, tanto a União Soviética como os EUA desenvolveram mísseis balísticos intercontinentais, agravando consideravelmente o conflito: em 1962 os Soviéticos iniciaram a Crise dos Mísseis de Cuba, ao instalarem secretamente mísseis em Cuba, facto que quase provocou uma guerra aberta, impedida apenas pelo acordo de retirada dos mísseis. No entanto, a crise também veio a aumentar a determinação Soviética em não voltar a ver-se humilhada por questões de percebida inferioridade militar, pondo em marcha políticas de

¹⁸ O Plano de Marshall foi uma iniciativa Americana criada em 1948, de auxílio financeiro aos Países de Leste, para reconstrução após a Segunda Guerra Mundial (Marshall, 2015).

¹⁹ *“The USSR and seven European countries signed the Warsaw Pact on May 14, 1955 as a response to NATO, to have a similar alliance on the opposition side. Members included Albania, Czechoslovakia, East Germany, Bulgaria, Poland, Romania and the Soviet Union. Through the treaty, member states promised to defend any member that may be attacked by an outside force, with the unified command under a leader of the Soviet Union. The Warsaw Pact ensured that most European nations were aligned in one of two opposing camps and formalized the political divide in Europe that became prevalent World War II”* (Rank, 2019).

modernização e reforço do poderio militar que obrigaram os EUA a não descurar a seu próprio desenvolvimento nas questões de defesa (Rank, 2019).

Após esta fase, predominaram as já referidas guerras por procuração, em que ambos os países invadiram e defenderam diversos aliados, com a tentativa de estabelecimento e manutenção de regimes comunistas em diversas regiões (pela União Soviética) e de destruir esse mesmo tipo de regimes (por parte dos EUA), evitando sempre o confronto direto (Britannica, 2019).

Em suma: durante a Guerra Fria, o mundo poderá ser percebido como uma oposição entre o capitalismo do Ocidente e o comunismo do Oriente: o Bloco Ocidental²⁰, dominado pelos EUA (com o apoio de outras nações liberais e democráticas, funcionando como organismos independentes, não sujeitos a coerção por parte de organismos de censura) e a União Soviética, auto-proclamada Marxista-Leninista e liderada pelo Partido Comunista, num regime essencialmente totalitário, com total controlo sobre o exército, a imprensa e outras regiões e países (através, por exemplo, do Pacto de Varsóvia), fundando e financiando partidos comunistas pelo mundo (Britannica, 2019) porque “(...) *a ideologia soviética fazia de todos os regimes capitalistas, ipso facto, anticomunistas.*” (Fuller, 2017, p. 419).

A certa altura, entre as décadas de 1960 e 1970, um bloco central começou a tomar forma, com o crescimento económico da Europa a permitir uma redução da sua inferioridade relativamente aos dois principais blocos de poder. Esta renovada autonomia dos países europeus, assim como do Japão, para se afirmarem independentemente de influências externas e resistir a tentativas de coação, significou uma procura de boas relações com ambos os lados do conflito (Rank, 2019). Por outro lado, divergências entre a União Soviética e a China afetaram a integridade do bloco comunista.

Nos anos 70, em particular, assistiu-se a um abrandar do clima de tensão, facto evidenciado pelos acordos SALT I e II²¹. Nos anos 80, as tensões voltaram a subir pela contínua corrida ao armamento e pela competição pela influência no Terceiro Mundo. Foi também nesta década, durante a administração do líder soviético Mikhail Gorbachev, que começou a vislumbrar-se o fim da Guerra Fria: Gorbachev dissolveu os aspetos totalitários do regime soviético procurando, simultaneamente, democratizar o sistema político da União (Britannica, 2019) porque, “(...) *acreditava que o restabelecimento do desanuviamento –*

²⁰ Para efeitos do presente trabalho, a expressão Bloco Ocidental caracteriza o conjunto dos EUA, e das nações que fazem parte da OTAN e/ou da UE.

²¹ “*Strategic Arms Limitation Talks (SALT) that led to the SALT I and II agreements of 1972 and 1979, respectively, in which the two superpowers set limits on their antiballistic missiles and on their strategic missiles capable of carrying nuclear weapons*” (Britannica, 2019).

melhores relações com o Ocidente – permitiria a Moscovo reduzir as despesas militares e libertar desta forma mais fundos para a «aceleração»” o que, em última instância, resultou na dissolução da URSS (Freeze, 2017, p. 474).

Em 1989, uma onda revolucionária pôs termo ao comunismo na Europa Central e de Leste. Estes eventos tiveram início na Polónia e continuaram para a Alemanha de Leste, Hungria, Bulgária, Checoslováquia e Roménia – uma demonstração popular generalizada de oposição aos regimes e as extensas campanhas de resistência civil foram fatores decisivos para a mudança (Freeze, 2017).

2.2. Pós-Guerra Fria

“Em finais dos anos 90, a Rússia fora despromovida de superpotência a um «Estado falhado» com uma economia subdesenvolvida.” (Freeze, 2017).

Durante o período pós-Guerra Fria²² estabeleceu-se uma “nova ordem mundial”: o conflito findou sem um tratado de paz e o “sistema europeu lavou as suas mãos dos velhos conceitos de soberania” (Krastev & Leonard, 2015) e a hegemonia norte-americana passou a ser incontestável.

Esta “nova ordem mundial” foi sobretudo caracterizada por uma disparidade entre as vontades políticas de época e as de períodos anteriores: no geral, os líderes mundiais focaram o seu interesse em “mudar a natureza das próprias fronteiras, encorajando a livre circulação de capital, pessoas, bens e ideias” (Krastev & Leonard, 2015). Esta globalização (apesar das consequentes manifestações nacionalistas e populistas), contrasta vivamente com a situação verificada após a Primeira e Segunda Guerra Mundial, em que os líderes procuraram manter a soberania dos seus estados.

Neste contexto, destaca-se a profunda redução do orçamento do setor da defesa, levada a cabo pela maioria dos diferentes estados europeus, que se haviam convencido do desaparecimento da ameaça russa após a queda do Muro de Berlim, apesar das exigências da OTAN de aplicação de um mínimo de 2 por cento do PIB para fins militares (Loureiro dos Santos, 2016). Por outro lado, a criação do Conselho OTAN-Rússia era outra prova desta

²² Sugeriu-se que *Pax Americana* (do latim, Paz Americana, usada para descrever o período que compreendido entre 1945 e o pós-Guerra Fria em regiões sob hegemonia dos EUA (Merriam-Webster Dictionary, 2019)) seria um melhor descritivo da realidade da Era, mas o uso corrente da expressão traz o risco de ofensa a várias potências (Nye, 1990).

percepção da Rússia como um novo parceiro inofensivo: esta perspectiva Ocidental provou ser errada (Loureiro dos Santos, 2016).

2.3. A Revolução Laranja 2004 - 2005

Durante a Revolução Laranja, que decorreu entre 2004 e 2005, ocorreu uma revolta da oposição contra a corrupção que minava o sistema político da altura, por questões como a falsificação de votos e eleições fraudulentas (Karatnycky, 2005). As eleições opunham Yanukovych (cuja candidatura seria apoiada pelo Kremlin) a Viktor Yushchenko (apoiado pelos EUA e a EU). Depois da vitória de Yanukovych ter sido considerada resultado de fraude, novas eleições puseram Yushchenko no poder (Karatnycky, 2005).

Neste contexto, assiste-se a uma fratura do povo ucraniano, comumente simplificada através da dualidade Este/Oeste; esta cisão é resultado, como anteriormente referido, das políticas soviéticas que estabeleceram as fronteiras do país antes da sua independência. Mesmo depois da queda da URSS, a influência russa continuou a fazer-se sentir, sob diversas formas (Pisareva, 2016).

É claramente perceptível o interesse de diversos agentes externos no resultado destas eleições: de um lado, os EUA e a UE, apoiando a candidatura de um presidente que poderia guiar a Ucrânia no sentido da instituição de um regime favorável às relações com o Ocidente; do outro, Putin e o Kremlin influenciam e apoiam a candidatura de Yanukovych de tal forma que lhe concedem a vitória, ainda que apenas numa primeira fase. Nesta altura, a divisão étnica do país tornou-se cada vez mais evidente: o Norte e Oeste apoiavam Yushchenko, enquanto o Sul e Leste (onde se concentra a maioria da população russófona) eram acérrimos defensores da vitória de Yanukovych (Andreev, 2014).

Esta divisão regional é representativa de dois grandes grupos, com dois conjuntos distintos de cultura e orientação política: apoiantes “pró-Rússia”, que elegem uma aproximação a Moscovo, e “pró-Ocidente” ou “pró-Ucrânia”, que preferem a integração a Ocidente e, frequentemente, são a origem de discursos que evidenciam uma vontade de estabelecer e vincar uma identidade nacional unitária (Pisareva, 2016).

Aquando da independência da Ucrânia a maioria do seu povo não partilhava de nenhuma ideologia comum que pudesse substanciar uma identidade nacional²³. Neste vazio,

²³ “Only nationalist groups that invigorated their activities during Gorbachev’s perestroika had some sort of such ideology and filled in the vacuum. Those who came to power decided not to invent the wheel. They relied on these groups in shaping ideology for national development, all the more so since at that time official Kiev primarily focused on keeping the power that came from Moscow like a bolt of lightning” (Andreev, 2014).

Kiev optou por um conceito essencialmente nacionalista, mas na sua versão mais destrutiva: os líderes ucranianos concentraram esforços num conceito de distanciamento da Rússia e da identidade soviética (Andreev, 2014). Assim, o novo lema do nacionalismo ucraniano tornou-se “A Ucrânia não é a Rússia”. Acontece que este tipo de ideologia do “não ser”, baseado em negação e alimentando rancores histórico-culturais é demasiado simplista e inoportuno quando o objetivo é o desenvolvimento nacional (Andreev, 2014). Para além disso, funciona fora de qualquer esfera ética, representando um relativismo histórico e moral que justifica qualquer ação, passada ou futura, desde que esta seja orientada no sentido de construção de uma Ucrânia independente. Este ultranacionalismo, que depois da Revolução Laranja agravou ainda mais a divisão entre os ucranianos, teve resultados importantes para o cenário de conflito que hoje se vive, em termos de perceção cultural: a Rússia é (sempre foi e será) o inimigo²⁴. Tal perceção reflete-se numa divisão entre cidadãos de “primeira” e “segunda” categoria na medida em que qualquer indivíduo que não compactue com este ideal deverá ser silenciado (Andreev, 2014).

2.4. Antecedentes Diretos do Conflito na Ucrânia

2.4.1. O Início

De uma forma muito simplista, a crise ucraniana teve a sua génese no conflito entre fações opositoras dentro do país: uma pró-Europa e outra, separatista, pró-Rússia.

A crise propriamente dita teve início quando o então presidente Viktor Yanukovich suspendeu as preparações para a implementação do Acordo de Associação entre a Ucrânia e a União Europeia, em detrimento do qual preferiu estreitar laços com a Rússia e a União Económica Euroasiática, decisão que suscitou protestos em massa entre os proponentes do acordo (Frix, 2016). Os protestos nacionalistas, conhecidos como *Euromaidan*, alimentados por uma perceção pública de corrupção política, violação de direitos humanos e abuso de poder, levaram a uma revolução que culminou na destituição de Yanukovich. Esta destituição deixou inquietos os habitantes das regiões russófonas do sul e leste ucraniano, de onde advinha uma importante fração do apoio a Yanukovich. Subsequentemente, desenvolveu-se uma crise política quando a Rússia invadiu o sul e leste da Ucrânia e anexou a região autónoma da Crimeia. Esta invasão reforçou a Ucrânia russófona e a inquietação

²⁴ Apesar de ser, hoje em dia, o maior parceiro económico da Ucrânia (Santos, 2015).

nos *oblasts*²⁵ de Donetsk e Luhansk deflagrou numa guerra contra o governo Ucraniano pós-revolucionário (Krastev & Leonard, 2015).

2.4.2. Anexação da Crimeia (2014)

Um dos motivos que, na opinião dos líderes da Federação Russa, legitimam a anexação da península é convicção do Kremlin que, historicamente, a Crimeia é território russo²⁶. Por outro lado, os russos relembram frequentemente o “presente” de Nikita Khrushchev, secretário do Partido Comunista, que, em 1954, decidiu “oferecer” a Crimeia à Ucrânia²⁷. À altura, a Crimeia não terá sido a única região sob o domínio soviético a ser transferida²⁸. Diversos historiadores explicam esta tendência como uma formação artificial de enclaves nas diversas Repúblicas Soviéticas, numa tentativa de neutralizar possíveis tendências nacionalistas (Dolya, 2016). No que à península da Crimeia diz respeito, o que à partida seria um gesto simbólico tornou-se problemático para a relação Rússia-Ucrânia aquando da dissolução da URSS, porque uma parte da frota russa se encontrava estacionada na região (Andreev, 2014).

Os anteriormente referidos protestos surgidos na Ucrânia após a suspensão do acordo com a UE em novembro de 2013 (*vide* Mapa 1, anexo B) funcionaram como um alarme para Moscovo: a queda do governo pró-Rússia pôs em questão os planos do Kremlin para a Ucrânia e a União Euroasiática, tornando também incerto o futuro da frota russa no Mar Negro (Dolya, 2016).

No seguimento da destituição de Yanukovych e da formação de um novo governo interino, a falta de estabilidade política criou as condições necessárias à conquista da Crimeia (Andreev, 2014). No dia 27 de Fevereiro, as forças especiais russas tomaram o parlamento da Crimeia e foram içadas bandeiras russas em diversos edifícios e infraestruturas

²⁵ “*Oblast*” (em cirílico, “область”) é a designação em uso na Rússia, na Ucrânia e em vários países sucessores à ex-União Soviética para uma área administrativa de tipo 1. Criando um paralelo com a organização portuguesa, um “*oblast*” equivale aproximadamente a um distrito.

²⁶ A região denominada Crimeia tornou-se, pela primeira vez, parte do Império Russo em Abril de 1783, aquando da anexação do Canato da Crimeia, um estado tártaro que existiu de 1441 a 1783 e que integrou o Império Otomano. Apesar de, como anteriormente referido, a região tenha sido anexada ao território russo apenas em 1783 – anteriormente, fez parte de vários Impérios e foi habitada por dezenas de povos – o que significa que a Crimeia só poderia ter sido considerada como parte integrante do Império Russo durante cerca de 150 anos. De destacar, também, que a etnia russa se tornou a maioria populacional da região de forma algo artificial, na medida em que a maioria foi atingida através de sucessivas deportações de outras etnias (Pisareva, 2016).

²⁷ É importante ressaltar que a decisão não foi tomada independentemente por Khrushchev, mas colectivamente, pelos principais órgãos políticos da altura.

²⁸ Alguns exemplos: Transnistria, na Ucrânia, foi cedida à Moldávia; Upper Karabakh, historicamente arménia, passou a formar parte do República Soviética Socialista do Azerbaijão; Ossetia do Sul e Abkhazia passaram para a República Socialista Soviética da Geórgia (Pisareva, 2016).

estratégicos, quer civis, quer militares: a rapidez e eficácia com que ocorreram os eventos surpreenderam as forças ucranianas da região, que se viram incapazes de ripostar sem o auxílio das forças do continente (*vide* Mapa 2, anexo B); no entanto Kiev tomou a decisão de não ripostar, por compreender que qualquer contra-ataque provocaria um conflito de larga escala com a Rússia. O novo governo autoproclamado anunciou um referendo sobre a possibilidade de independência da Ucrânia, referendo esse que, organizado em apenas duas semanas, teve lugar a 16 de Março de 2014, sendo os resultados anunciados no dia seguinte: alegadamente, a afluência às urnas rondou os 82%, com 92% dos habitantes a votar “sim” à anexação à Rússia, sendo o processo concluído no dia 21 do mesmo mês (Dolya, 2016).

Inicialmente, a Rússia negou responsabilidade pelos eventos, alegando que os militantes uniformizados eram forças de “defesa local”, mas admitindo, mais tarde, que os militantes teriam sido auxiliados por soldados russos descaracterizados, confirmando a interferência da Rússia na Crimeia (Flikke, 2015) (Schreck, 2019).

De ressaltar que, após a Segunda Guerra Mundial, a península da Crimeia representa um caso único em que, em tempo de paz, um Estado anexou uma secção territorial de outro Estado, transgredindo, no processo, inúmeras leis e tratados internacionais (Dolya, 2016).

2.4.3. Crise em Kiev

Confrontos violentos em Kiev resultaram na morte de cerca de 130 pessoas, incluindo 18 polícias. Com a tensão a subir, no dia 22 de fevereiro de 2014, temendo pela sua segurança, Yanukovich fugiu para a Rússia. No mesmo dia, o parlamento declarou a destituição do presidente com votos de 380-0 em favor da destituição. O presidente declarou o voto ilegal e resultado de coerção e pediu assistência a Moscovo, que considerou a destituição um golpe de estado e não reconheceu o novo governo interino (Flikke, 2015).

CAPÍTULO 3 – Método

O presente capítulo tem como propósito explicar o método de análise e a forma como este permite chegar a conclusões plausíveis. Para tal, torna-se necessário esclarecer qual o objetivo principal do trabalho e a abordagem utilizada pelo modelo construído para este estudo. É descrito o modelo de análise utilizado, classificando-o quanto aos métodos de procedimento empregues e clarificando os motivos para a sua adoção, bem com as suas limitações. Num terceiro subcapítulo, será abordado o estudo, neste caso o conflito a leste da Ucrânia, utilizado no modelo de análise, explicando também as razões para a sua escolha. Finalmente, quanto aos dados, vai dar-se prioridade ao esclarecimento da forma como foi realizada a recolha dos dados relativa ao estudo.

3.1. O Estudo

O objetivo de estudo é analisar *quais as estratégias totais empregues pelos intervenientes do conflito da Ucrânia entre abril de 2014 e fevereiro de 2015*. Pretende-se avaliar, segundo os critérios fornecidos pela teoria e pelas lições apreendidas com os acontecimentos que antecederam o conflito do Donbass, o emprego das estratégias, induzir as estratégias gerais a partir dos acontecimentos observados. A complexidade associada aos objetos em estudo – situações de grande nível de violência, meios tão diferentes e vontades tão dispares – implica que seja necessário adotar uma abordagem que se adapte às suas características e que permita alcançar conclusões graças à discussão e comparação do emprego das estratégias.

Primeiramente, a situação em causa exige uma abordagem qualitativa. Uma pesquisa de carácter qualitativo irá possibilitar uma análise ampla e flexível, permitindo estudar os acontecimentos de forma atenta e minuciosa. Para isto, é imprescindível proceder à observação, descrição, apreciação e interpretação dos acontecimentos exatamente da forma como se apresentam (Fortin, 2000).

A avaliação da utilidade de um determinado dado está ligada a uma análise subjetiva, embora esta subjetividade possa ser mitigada através da recolha de um maior número de dados, cuja análise conjunta permitirá ir de encontro a um método que possibilite a construção novos conceitos (Quivy & Campenhoudt, 2017).

Posto isto, é adotado o modelo indutivo, querendo isto significar que o processo de raciocínio que dá origem a estes novos conceitos tem por base o estudo de acontecimentos

particulares, estudo esse que nos permitirá divisar o que pode ser tido como uma realidade geral (Quivy & Campenhoudt, 2017).

3.2. Modelo de Análise

O modelo utilizado neste trabalho de investigação será o método do estudo de caso.

A adoção do Método do Estudo de Caso é adequada quando a questão que o investigador se propõe a analisar seja tal que, pela sua inserção num contexto social e contemporâneo, implique um baixo controlo objetivo da situação em estudo (Yin, 2015).

Este método apresenta tanto vantagens como desvantagens no que concerne o uso de dados com origem em estudos de caso: apesar de muitos analistas considerarem o método do estudo de caso apropriado apenas para a fase exploratória de uma investigação (no contexto de uma visão hierárquica das estratégias de investigação, em que a fase exploratória deverá ter seguimento por outros métodos), neste caso, uma vez que é importante responder às questões propostas, sem haver controlo do estudo e tratando-se de um assunto contemporâneo, o método do estudo de caso será adequado (Yin, 2015).

Explanados o enquadramento teórico e o método, procede-se ao relato dos eventos que têm tido lugar na região do Donbass, ao longo do capítulo quatro – Descrição do Caso de Estudo. Posteriormente, abordam-se Estratégias Gerais adotadas por parte dos principais intervenientes, no capítulo cinco – Análise da Estratégias dos Beligerantes. O capítulo seis – Discussão – pretende analisar a Estratégia Total aplicada pelos intervenientes no conflito de Donbass.

Finalmente, todo este modelo de análise será impulsionado pelos seguintes objetivos específicos:

O1: *Descrever qual a estratégia política empregue pelos intervenientes do conflito durante o período considerado.*

O2: *Descrever qual a estratégia militar empregue pelos intervenientes do conflito durante o período considerado.*

O3: *Descrever qual a estratégia económica empregue pelos intervenientes do conflito durante o período considerado.*

O4: *Descrever qual a estratégia informática-eletrónica empregue pelos intervenientes do conflito durante o período considerado.*

3.3. Caso de Estudo

O Caso de Estudo em questão é o conflito a leste da Ucrânia, particularmente na região do Donbass: selecionado, inicialmente, por se tratar de um dos conflitos mais violentos no continente Europeu, optou-se por uma delimitação temporal que compreende o período entre abril de 2014 e fevereiro de 2015, visto que desde então assistimos a uma queda abrupta e à estabilização do nível de violência. Outro motivo para a análise deste caso, é a vontade em estudar como se relacionam os intervenientes²⁹ neste conflito. Terceiro, este é um conflito que se destaca pela grande preponderância que os novos meios tecnológicos, e as plataformas digitais têm no desenrolar do conflito. Em termos espaciais, o caso de estudo será delimitado à região do Donbass, sobretudo no que se refere aos acontecimentos mais violentos.

O Donbass é uma região a leste da Ucrânia e a sudoeste da Rússia, atravessada pelo rio Donets, como representado no mapa da figura 2 (Tikkanen, s.d.). Apesar de nunca ter havido lugar a uma delimitação oficial das suas fronteiras, o mais usual é definir esta região como a união dos *oblasts* de Donetsk e Luhansk. (Kuromiya, 2003).

O Donbass é uma das maiores regiões da Ucrânia. As suas principais cidades – Donetsk e Luhansk – têm mais de 100 000 (cem mil habitantes). Após a revolução de 2014, passou a ser uma das regiões mais povoadas da Ucrânia, suplantada apenas pela capital, Kiev (BBC NEWS, 2015).



Figura 2 - Território da Ucrânia, Região de Donbass

Fonte: Adaptação de (Kubijovych, s.d.), (MORTAZZA, s.d.) e (BBC BRASIL, 2014)

²⁹ Estados unidos, os estados pertencentes à União Europeia e/ou à OTAN, a Ucrânia e a Rússia.

3.4. Dados

Segundo António Gil (2017), os meios adequados para garantir a objetividade e a precisão na investigação são proporcionados pela utilização de procedimentos técnicos. Estes meios poderão assumir diversas faces, desde a pesquisa documental, a pesquisa bibliográfica, a pesquisa experimental, o estudo de campo³⁰, o levantamento³¹ e a pesquisa-ação³² (Gil, 2017).

A acessibilidade é uma das condicionantes quanto à origem das fontes de dados. Por outro lado, quanto à recolha da informação, as principais dificuldades estão relacionadas com a barreira da linguagem – no que diz respeito às fontes russas e ucranianas – e com a grande quantidade de fontes disponíveis: uma vez que este estudo trata de acontecimentos com grandes repercussões a nível do Sistema Internacional (sendo, portanto, extensamente descritos e analisados em inúmeros documentos e através das redes sociais), torna-se difícil a tarefa de seleccionar informação correta, fundamentada e pertinente. De resto, Quivy e Campenhouldt (2008) descrevem o recurso a fontes secundárias e documentais como o método mais adequado para a análise de fenómenos de grande escala.

Segundo Varanda (2016), a principal vantagem da aplicação desta técnica é permitir o acesso a dados de informação recolhidos e tratados, durante o período do caso de estudo, por autores ligados a diferentes intervenientes (apesar de, como anteriormente referido, a barreira da linguagem constituir, por vezes, um entrave ao acesso a informação proveniente dos autores russos e ucranianos).

3.4.1. Liveuamap

O *Liveuamap* (*Live Universal Awareness Map*) é uma plataforma digital independente de notícias e informações, dedicada a reportagens factuais de diversos tópicos importantes, salientando-se os conflitos mas também cruzando um vasto leque de áreas, como sejam questões de direitos humanos, protestos, ações de terrorismo, armamento, questões de saúde, desastres naturais, entre outros.

Os criadores desta plataforma online, Rodion Rozhkovsky e Alexander Bil'chenko, são dois entusiastas das novas tecnologias e apoiantes da era da informação. A sua

³⁰ Aprofunda uma realidade específica. Observação direta das atividades do grupo estudado.

³¹ Uma interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer. Solicita-se informações a um grupo composto por um grande número de pessoas, obtendo-se posteriormente as conclusões mediante uma análise quantitativa.

³² Pesquisa realizada em associação com uma ação ou resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores estão envolvidos de um modo cooperativo ou participativo.

abordagem é, de certa forma, inovadora, pelo facto de a organização da informação centrar-se em mapas, possibilitando o acesso a um arquivo cronológico completo e permitindo que seja feita uma pesquisa dos eventos passados, relacionando-os com as tendências históricas.

No *Liveuamap* são usadas ferramentas de rastreio de dados, de forma a encontrar publicações de fontes abertas que serão examinadas por um grupo de analistas especializados. Posteriormente, os editores do website estão responsáveis por organizar e decidir quais os factos mais relevantes e a ser exibidos no mapa, estando aberta a possibilidade de contributo por parte de terceiros, caso se vejam em posse de qualquer informação pertinente para o acontecimento em questão, que deverão fazer chegar aos autores através do endereço “*info@liveuamap.com*”.

A *Liveuamap* foi fundada em 2014 com o intuito de dar a conhecer ao mundo o conflito em estudo. Após várias solicitações, estendeu-se a outras regiões e passou a englobar outros conflitos de elevada importância no Sistema Internacional como, por exemplo, os que decorrem na Síria ou na Venezuela. Esta organização opera a partir de uma infraestrutura baseada na UE e é governada sob a jurisdição do Estado da Virgínia, EUA. (Liveuamap LLC, 2014).

CAPÍTULO 4 – Descrição do Caso de Estudo

O presente capítulo descreve o desenrolar do conflito no Leste ucraniano, procurando enquadrar as ações dos seus intervenientes, de forma a apoiar uma posterior discussão sobre as Estratégias adotadas pelos beligerantes.

4.1. Eventos após a anexação da Crimeia

Após a Anexação da Crimeia por parte da Rússia, em março de 2014, ocorreram no leste da Ucrânia, região de Donbass, manifestações de grupos pró-russos e contra o governo ucraniano (*vide* Mapa 1, anexo E). Estas manifestações escalaram em termos de periodicidade e violência durante o mês de abril do mesmo ano, resultando um conflito entre a República Popular de Donetsk e Luhansk (forças separatistas autodeclaradas) e o governo ucraniano (Grytsenko, 2014).

4.1.1. Início da Guerra Civil no Leste da Ucrânia

Perto do final de março de 2014, a Rússia destacou uma grande parte das suas forças para a fronteira com a Ucrânia, causando alguma preocupação a Kiev e às organizações ocidentais sobre outra possível invasão, após a anexação da Crimeia (Myers & Smale, 2014).

Entre 6 e 7 de abril de 2014, grupos de ativistas pró-Rússia tomaram os gabinetes dos Serviços de Segurança de Donetsk, roubando armas e erguendo barricadas, declarando a unificação da região com a Rússia e anunciando um referendo nacional sobre a independência da região para 11 de maio (Flikke, 2015). Nessa mesma noite, o então presidente Oleksandr Turchynov caracterizou os acontecimentos como a “segunda vaga” de uma operação russa de desestabilização da Ucrânia e do seu governo. Turchynov prometeu, também, lançar uma campanha de “contra-terrorismo” para deter os movimentos separatistas no Leste (Khudoteply, 2014). A partir deste dia, foram frequentes os relatos de reféns e tentativas de tomada de posse de diversos edifícios governamentais. Depois de, a 12 de abril de 2014, militantes separatistas descaracterizados tomarem o gabinete do Ministério dos Assuntos Internos da cidade de Donetsk sem resistência – após o que se seguiu a tomada de posse do edifício da Administração Regional da cidade e a declaração da República Popular de Donetsk (Rosenberg, 2014) – os grupos pró-Rússia iniciaram uma ação de controlo de infraestruturas estratégicas no *oblast* de Donetsk. A 14 de abril, os separatistas controlavam

vários edifícios governamentais noutras cidades do Leste, não só em Donetsk mas também em Luhansk e Kharkiv.

A escalada da frequência e violência dos protestos levou a que, em meados de abril, o governo interino ucraniano tentasse chegar a um compromisso, concedendo uma maior autonomia a estas regiões, concessão essa que foi ignorada pelos protestantes (Reuters, 2014). A Rússia salientou a incapacidade da Ucrânia para lidar com este tipo de conflitos domésticos, e ameaçou intervir, caso cidadãos de ascendência russa fossem afetados, enquanto o presidente ucraniano mantinha a posição de que a luta era levada a cabo contra um inimigo a Este e não contra verdadeiros dissidentes ucranianos (Ramicone & al, 2014). Numa conferência entre os EUA, a UE, a Rússia e a Ucrânia, em Genebra, em finais de abril, todos os intervenientes acordaram o cessar da violência, intimidação e ações de provocação e que deveria ter lugar o desarmamento de todos os grupos ilegais que tivessem em sua posse equipamento militar (Flikke, 2015). Assim, a Ucrânia decidiu retardar qualquer ação militar, na esperança de que a Rússia cumprisse com o estabelecido nos acordos de Genebra.

No entanto, a descoberta de cadáveres com claros sinais de tortura perto de Slavyansk levou o presidente interino a renovar as suas intenções militares, por considerar que o crime teria sido concretizado com apoio russo (Spark & Tuysuz, 2014). A Rússia, por seu lado, contra-ataca com a afirmação do não cumprimento dos anteriormente referidos acordos por parte da Ucrânia (a legitimidade do governo ucraniano, recorde-se, não foi reconhecida pela Rússia), por não ser bem sucedida nas tentativas de prevenção de violência no interior das suas fronteiras (BBC, 2014). Na mesma altura, Vladimir Putin admite a presença de forças russas na Crimeia anteriormente ao referendo, mas realça que a sua presença seria exclusivamente destinada a assegurar a vontade do povo da Crimeia. Para além disso, Putin nega a presença de militares russos ativos no Leste ucraniano (Mdzinarishvili, 2014).

Na sequência destes acontecimentos, o governo interino ucraniano pediu o apoio de agentes externos (nomeadamente, os EUA e o Reino Unido) e criou uma Guarda Nacional³³, com o objetivo de pôr fim à percebida agressão russa da região Leste, tendo em conta os desafios representados por uma insurreição geograficamente dispersa: primeiro em Kiev e na Crimeia e depois no Donbass, com a proclamação das novas repúblicas.

³³ “(...) the National Guard of Ukraine is a military formation with law enforcement functions. It is a part of the system of Ministry of Interior of Ukraine and is designed to fulfill the tasks related to protection and safeguarding the life, rights, freedoms and legitimate interests of citizens, society and the state from criminal and other wrongful infringements, and also maintenance of public order and public security, as well as to ensure, in coordination with law enforcement agencies, the national security and protection of national borders, stopping terrorist activities and activities of illegitimate paramilitary or armed troops (groups), terrorist organizations, organized groups and criminal organizations” (NGU, 2019).

A 11 de maio, o referendo sobre a independência das novas repúblicas termina com uma alegada vitória do “sim” a favor da independência, que terá reunido 90% e 96% dos votos (em Donetsk e Luhansk, respectivamente) (*vide* Mapa 4, anexo B). Após a divulgação dos resultados, os líderes locais frisaram que todas as forças militares ilegais no território seriam consideradas ocupantes (The Guardian, 2014).

A 22 de maio, representantes das repúblicas de Donetsk e Luhansk assinaram o acordo de criação de um estado confederado a que chamaram Nova Rússia (Krasmolutska, Choursina, & Doroshev, 2014). Ainda durante o mês de maio, Petro Poroshenko é eleito presidente da Ucrânia (*vide* Mapa 5, anexo B).

4.1.2. Intensificação dos combates

Entre os meses de maio e junho, foi perceptível a escalada de violência, com o aumento de baixas e da intensidade dos combates (como demonstrado, por exemplo, pela batalha pelo aeroporto de Donetsk, entre 26 e 28 de maio, pelo abate de um Ilyushin Il-76, pertencente força aérea ucraniana, a 14 de junho ou pela batalha na cidade de Yampil, a 19 de junho), e pelos ataques aos postos da Guarda Nacional nas fronteiras e consequentes respostas da Guarda Nacional e do exército ucraniano. A partir do mês de junho, o exército ucraniano reocupou parte do território das autoproclamadas repúblicas rebeldes; no entanto, as milícias mantiveram-se em diversos bastiões.

A 20 de junho, Poroshenko anuncia um cessar fogo unilateral e anuncia um plano de paz³⁴, repudiado por Moscovo, que considera estas ações como “não um convite à paz, mas um ultimato” (Sandford, 2014). A 1 de julho, após o fim do cessar fogo, as forças armadas ucranianas retomam as operações contra os insurgentes. Entre nova batalha no aeroporto de Donetsk, confrontos em diversas cidades e ao longo da fronteira com a Rússia, um dos mais evidentes testemunhos do agravamento do conflito na região Leste de Donetsk foi o abate, a 17 de julho, do avião de passageiros MH17 (*vide* Mapa 6, anexo B). A aeronave foi abatida por um míssil³⁵ provavelmente proveniente de um lote de armamento providenciado pela

³⁴ “Poroshenko vowed to finish the special operation shortly and put forward a 15-point peace plan. The plan envisaged exemption from criminal liability for all those who would lay down their arms and had not committed serious crimes, as well as the release of hostages. The plan also envisioned steps toward the decentralization of government, protection of the Russian language and amending the Ukrainian Constitution” (Averin, 2015).

³⁵ O Míssil “Buk” (em russo: “Бук”), é um tipo de míssil terra-ar, com a capacidade de autopropulsão. Este míssil caracteriza-se por ser de médio alcance, foi desenvolvido pela união soviética com o intuito de combater mísseis cruzado, munições inteligentes, aeronaves de asa fixa e rotativa e veículos aéreos não tripulados. (Sputnik, 2018).

Rússia aos insurgentes: como é evidente, ambos os oponentes culparam o adversário pela queda do aparelho. Para além disso, nessa mesma semana, haviam sido abatidas duas aeronaves da força aérea ucraniana (BBC NEWS, 2016).

4.1.3. Intervenção Russa

Agosto revelou-se um dos meses mais sangrentos de 2014; a cidade de Donetsk foi frequentemente bombardeada e as forças armadas ucranianas levavam a cabo tentativas de reocupação de uma grande parte do território então controlado pelos insurgentes. Moscovo não viu esta incursão com bons olhos, e a iminente derrota dos separatistas deu origem a uma resposta militar por parte da Rússia, que enviou armas e, possivelmente, tropas, para território da república de Donetsk: a 23 de Agosto, em Ilovaisk, as forças ucranianas, enviadas para cercar a cidade de Donetsk e cortar as suas vias de reabastecimento, foram atacadas por forças que se fizeram valer de armamento tecnologicamente muito mais avançado que o que possuíam as forças ucranianas, com a artilharia a assumir um papel de destaque (*vide* apêndice D). Esta derrota deixou o exército ucraniano desmoralizado e extremamente enfraquecido (ICG, 2014).

A 5 de setembro de 2014, após dias de diálogo sob a orientação da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa³⁶ (OSCE) a Ucrânia, a Rússia e as repúblicas de Donetsk e Luhansk concordaram num cessar-fogo³⁷ - conhecido como protocolo de Minsk, - embora os líderes das repúblicas reiterassem o seu desejo de independência (BBC, 2015). Uma das controvérsias do acordo prendeu-se com o facto de o governo ucraniano ter aceiteado classificar as regiões controladas pelos separatistas, durante um período limitado de tempo, como zonas possuidoras de um estatuto especial (ICG, 2014).

No entanto, as violações do cessar fogo, quer por parte dos por parte dos insurgentes, quer por parte das forças armadas ucranianas não tardaram a aumentar as casualidades (The Guardian, 2015) ainda que a Rússia tenha retirado grande parte das suas tropas do território ucraniano (The Guardian, 2015).

A 2 de novembro, as repúblicas de Donetsk e Luhansk organizaram eleições parlamentares e executivas, o que violou os termos do acordo de paz e resultou na revogação

³⁶ “The OSCE Special Monitoring Mission to Ukraine (SMM) was deployed on 21 March 2014, following a request to the OSCE by Ukraine’s government and a consensus decision by all 57 OSCE participating States. The SMM is an unarmed, civilian mission, present on the ground 24/7 in all regions of Ukraine. Its main tasks are to observe and report in an impartial and objective way on the situation in Ukraine; and to facilitate dialogue among all parties to the crisis” (OSCE, 2014).

³⁷ “The sides also reached an agreement on the withdrawal of heavy weapons, prisoner exchange and humanitarian assistance” (Averin, 2015).

do estatuto especial que lhes havia sido concedido pelo governo ucraniano no âmbito do protocolo de Minsk (Kramer, 2014). Durante o mês de novembro, o conflito continuou a aumentar de intensidade, com violações recorrentes do acordo, por ambas as partes, havendo relatos do governo ucraniano de movimento de tropas e armamento russos em território controlado pelos insurgentes (OSCE, 2014). De facto, nesta altura, altos comissários da OTAN denunciaram, categoricamente, a interferência militar russa no conflito do Donbass, afirmação que foi imediatamente negada pelo porta voz do Ministro da Defesa russo (BBC, 2014).

Pelo elevado número de mortes, ambos os intervenientes no conflito acordaram num cessar-fogo a ter lugar no dia 9 de dezembro (dia que foi apelidado como “Dia do Silêncio”), numa tentativa de encorajar um posterior diálogo (RFE/RL, 2014). Ainda que tal não se tenha verificado, o conflito acalmou de forma significativa, durante o mês de dezembro (The Guardian, 2015). Para além disso, o ambiente de crise económica que se fazia sentir na Rússia fruto, em parte, das sanções económicas da Europa e dos EUA, dissuadiu o avanço das forças pró-russas. A 29 de dezembro, o presidente ucraniano fazia um balanço positivo dos resultados do acordo de Minsk, destacando o decréscimo no número de mortes entre as forças ucranianas e a libertação de prisioneiros (Interns, 2014).

4.1.4. Escalada da Violência e Acordo de Minsk II

Segundo a OSCE, o novo ano trouxe consigo um aumento na tensão, com inúmeras violações do cessar-fogo, particularmente nas imediações do aeroporto de Donetsk. Enquanto isso, em Luhansk, houve lugar a conflitos entre os grupos de insurgentes, com o assassinio de um dos líderes e declarações, por parte de um outro, de que Luhansk pertenceria à Rússia e ao “czar” Putin (OSCE, 2015). Em janeiro, o novo terminal do aeroporto de Donetsk foi tomado pelas forças separatistas, numa ação que os líderes da república de Donetsk descreveram como um passo essencial em direção à reocupação do território perdido para as forças ucranianas (*vide* Mapa 9, anexo B) (BBC, 2015). A 18 de janeiro as forças ucranianas intensificaram os bombardeamentos em Donetsk. As repúblicas auto-proclamadas e Moscovo pressionaram Kiev no sentido de observar o protocolo de Minsk e iniciar um cessar-fogo, bem como a retirada das armas pesadas.

A 12 de Fevereiro, teve lugar uma conferência na Bielorrússia que contou com a participação dos líderes da Alemanha, Rússia, França e Ucrânia. Dessa reunião, resultaram dois documentos: do primeiro, constavam medidas para a implementação do acordo de

Minsk (principalmente, seria de destacar o cessar-fogo, a retirada da artilharia pesada da linha de contacto e uma reforma constitucional na Ucrânia que incluísse estatutos especiais para as regiões de Donetsk e Luhansk); o segundo, uma declaração de conformidade com o pacote de medidas do Acordo de Minsk adotado pelos líderes presentes na reunião (Flikke, 2015). Este conjunto de acordos ficou conhecido como “Minsk II” (*vide* Mapa 10, anexo B).

CAPÍTULO 5 – Análise da Estratégia dos Beligerantes

Este capítulo induz as Estratégias Gerais dos intervenientes no conflito a partir dos eventos descritos no capítulo quatro e da contextualização histórica, económica, política e social do período que precedeu o conflito, relatada no capítulo dois.

5.1. Estratégia Política

“Os norte-americanos mas, principalmente os europeus, parecem ter-se esquecido do interesse geopolítico russo em recuperar o controlo sobre os corredores de aproximação a Moscovo e ao Mar Negro (...)” (Loureiro dos Santos, 2016).

Assim, e considerando o nível de charneira da Política, pode afirmar-se que, examinando as anteriores definições, a Estratégia Política serão as medidas empregues pelas diversas organizações governamentais com o propósito de se cumprir a sua vontade relativamente aos objetivos por si estabelecidos³⁸.

Por outro lado, existem outros conceitos que, no âmbito da política, é importante referir e enquadrar.

Como previamente referido, o conceito de estado-nação reveste-se, neste caso, de particular importância: isto, porque as revoluções Americanas e Francesa, no final do século XVIII, vêm realçar o termo com novas componentes: o nacionalismo³⁹ e a soberania popular⁴⁰, evidentes e essenciais em todos os estados democráticos. Daqui decorre a noção de que o povo deixa de ser apenas um objeto a ser gerido, passando a representar a fonte do direito de governar (Cerami & Holcomb, 2001). Assim, torna-se intuitivo que o conceito de opinião pública se revista de particular importância em todos os assuntos que à Política digam respeito.

³⁸ Aliás, em 2001, Cabral Couto definia a Estratégia como “a Ciência e arte de gerar, estruturar e tirar partido das forças tangíveis e intangíveis de uma unidade política ou coligação, a fim de se atingirem objetivos políticos que suscitem ou podem suscitar a hostilidade de uma outra vontade política”, sendo óbvio o papel e a importância do elemento “Política” na gestão de um conflito.

³⁹ “(...) in the Napoleonic War, masses of people were mobilized to fight for the country. No longer were wars limited to a small group of elite warriors. Whole nations were mobilized and fought against each other (...)” (Cerami e Holcomb, 2001).

⁴⁰ “Among other things, this led directly to an increase in public participation in virtually all aspects of political affairs and to the emergence of a new form of government, democracy” (Cerami e Holcomb, 2001).

Posto isto, e tendo sido anteriormente listados os principais intervenientes no desenrolar deste conflito procura-se, seguidamente, esmiuçar a vertente Política da Estratégia de cada um deles.

5.1.1. Rússia

A origem da recente escalada do clima de tensão entre a Rússia e o Ocidente pode ser resumida como fruto de duas tendências: primeiro, a atitude de desdém, do Ocidente para com as preocupações russas no âmbito da defesa; segundo, a tentativa russa de manter as esferas de influência da Guerra Fria (Ramicone & al, 2014).

Após o colapso da URSS, a Rússia perdeu o seu estatuto de superpotência, cada vez mais subjugada pelo fenómeno da globalização. Vladimir Putin referiu-se a tal acontecimento como uma catástrofe geopolítica (Monaghan, 2015). O Presidente Russo nunca desistiu da ideia de recuperar o império soviético, potenciando, de forma deliberada, qualquer conflito que surja no território da ex-URSS ou em regiões que em alguma altura tenham existido sob o domínio soviético (Allison, 2014).

Desde 1991, aquando da queda da URSS, têm vindo a verificar-se, por parte da Rússia várias tentativas de aproximação e confronto político com os países que constituíram a URSS – desde 2014, particularmente, as ações agressivas da Rússia na periferia do território da OTAN; demonstram uma clara disposição dos chefes russos em atingir objetivos políticos através do uso da força (Andreev, 2014).

Expansão da União Europeia: Depois da Guerra Fria, vários países da Europa Central e Oriental demonstraram interesse em estreitar laços com o Ocidente, com diferentes objetivos (entre eles, assumir uma independência completa da Rússia, acesso à economia dos mercados liberais e o desejo de crescimento económico). Não será de estranhar, portanto, que, para além das objeções à expansão da OTAN (discutida mais à frente), a Rússia também não viu com bons olhos o crescimento da UE, ao ponto da integração de diversos estados pós-soviéticos, em 2004, ter agravado o clima de tensão entre a Rússia e a UE. Daqui resultou que a Rússia tenha envidado esforços no sentido de reforçar a sua posição estratégica entre os seus vizinhos a Oriente, com a criação da União Económica Euroasiática, com o objetivo de integração dos estados pós-soviéticos e afirmação da superioridade da região da ex-URSS (Asmus, 2008).

Expansão da OTAN: A queda da URSS significou um ambiente de colapso económico e instabilidade política na Rússia. De forma síncrona, a OTAN, sob domínio dos EUA, iniciou a sua expansão para Oriente, tendo diversos estados bálticos e países que haviam assinado o pacto de Varsóvia⁴¹ integrado a organização (Asmus, 2008).

A Rússia tem percebido esta expansão como uma ameaça à sua soberania: em 2014, Vladimir Putin divulga um documento em que refere que a expansão da OTAN para Oriente é vista como uma ameaça externa à sua integridade territorial (de destacar que, anteriormente, este problema já teria sido evidenciado pelos políticos russos em versões pregressas referentes aos objetivos declarados e à doutrina militar russos) (Putin, 2014).

Apesar destes avisos, a expansão continuou e, em 2008, foi anunciado o futuro estatuto de membros da Geórgia e da Ucrânia, ocorrência que levou a Rússia a vincar a sua posição, ao considerar esta expansão uma ameaça aos seus interesses estratégicos (Andreev, 2014).

Para além da expansão da OTAN, também outros conflitos relativos às duas potências militares foram testemunha destes atritos, como foi o caso de intervenções de ambas no Kosovo, Iraque, Síria e Irão. No entanto, a política Ocidental tem sido baseada na premissa de que, a seu tempo, a Rússia se tornaria uma democracia liberal, que facilitaria a tomada de medidas concretas para uma melhoria das suas relações a oeste (Asmus, 2008).

Por outro lado, a anexação da Crimeia, pelo seu *timing* (logo após a destituição de Yanukovych), tratou-se de uma mensagem política russa para Kiev e para o Ocidente, sob a forma de alerta, quanto ao perigo de desmembramento de parte do território ucraniano, caso o país se afastasse dos interesses estratégicos da Rússia (Götz, 2015). Após a revolução protagonizada por fações nacionalistas ucranianas, Moscovo faz questão de vincar a importância daquela região ucraniana para os seus objetivos estratégicos. No fundo, de uma perspetiva russa, estes atos estariam perfeitamente justificados, sendo inclusivamente e aparentemente apoiados pelos cidadãos russos, fruto de uma inteligente campanha de propaganda (Prazeres, 2014): na perspetiva de Putin, o Kremlin limitou-se a responder a uma ameaça ocidental (Loureiro dos Santos, 2016).

A revista *The Economist* refere que, para Putin, os valores ocidentais representam uma problema maior que os exércitos, enquanto ameaça ao imperialismo russo. Neste contexto, diz Loureiro dos Santos que “a Rússia não tinha outra opção senão atuar. (...) Não está a combater a Ucrânia, mas a América na Ucrânia.” (Loureiro dos Santos, 2016).

⁴¹ Como a Estónia, Lituânia, Letónia, Eslovénia, Roménia, Republica Checa, Hungria, Eslováquia, Polónia e Bulgária.

Ideais e Cultura: Culturalmente (e como já mais pormenorizadamente analisado em capítulos pregressos), o povo da península da Crimeia (e de outras regiões da Ucrânia) não se reconheceria, na sua maioria, como ucraniano, mas sim como russo, facto claramente evidente pela preservação, tanto na Crimeia como a leste da Ucrânia, na fronteira com a Rússia, da língua e cultura russas (Keating, 2014).

Na opinião de Loureiro dos Santos:

“o antiamericanismo não é a única razão para a guerra. A Rússia também está a “tentar exportar para a Europa a sua ideologia, como no passado exportou o comunismo (...); a língua russa, a cultura russa e a igreja ortodoxa russa. Os rebeldes de Donbass estão a lutar não apenas contra o exército ucraniano, mas contra o modo corrupto de vida ocidental, e a defender os diferentes pontos de vista russos” (2016, p. 67).

5.1.2. Bloco Ocidental

OTAN: A OTAN⁴² foi criada durante a Guerra Fria, com o objetivo de mitigar a ameaça soviética e proteger a Europa Ocidental do expansionismo soviético, pelo que queda da URSS teria, em teoria, eliminado a sua razão de ser. No entanto, a Organização adaptou-se à nova ordem mundial e cresceu em poder e número de membros (Frix, 2016). Enquanto os liberalistas encaram este facto como um triunfo do Ocidente e um sinal de manifesta solidariedade transnacional, os realistas alertam para o perigo da expansão e para a sua contribuição para o agravamento das tensões entre Este e Oeste (Frix, 2016). Este facto tem sido por demais evidente na postura de condenação da Rússia face às sucessivas expansões da OTAN para Oriente.

Desde o início do conflito na Ucrânia a OTAN adotou uma posição de apoio à soberania e integridade territorial na Ucrânia, no interior das suas fronteiras, reconhecidas internacionalmente (NATO, Relations with Ukraine, 2018). A anexação da Crimeia pela Rússia foi imediatamente rotulada pelos Aliados como ilegal e ilegítima, que também condenam a desestabilização do Leste da Ucrânia, que consideram, em parte, fruto da intervenção militar russa: assim, a OTAN suspendeu toda a cooperação civil e militar com a

⁴² A OTAN é uma aliança política e militar que promove valores democráticos que permite um ambiente de cooperação entre os seus membros, sobretudo no contexto de questões relacionadas com a defesa e a segurança, de forma a prevenir e resolver situações de conflito de forma pacífica (caso se verifique a falha de uma resolução diplomática de disputas o seu poderio militar permite-lhe levar a cabo operações de resolução de crise). Esta Aliança do Norte do Atlântico enfrenta diversas ameaças, com origens distintas, em especial a Leste a Sul, de atores estatais e não estatais e de forças díspares, como sejam organizações militares, forças militarizadas ou organizações terroristas (NATO, s.d.).

Rússia, apesar de manter aberta a comunicação política e militar através do conselho OTAN-Rússia. Para além disso, a OTAN reitera e manifesta o seu apoio pela situação ucraniana através da Comissão OTAN-Ucrânia (NATO, Relations with Ukraine, 2018). Em termos práticos, a organização implementou uma série de medidas que visam o aumento da capacidade de defesa ucraniana (NATO, Relations with Ukraine, 2018).

EU: A União Europeia é um agente extremamente interventivo, não tanto a nível militar (apesar de exercer esse tipo de influência por meio dos seus membros que simultaneamente pertencem à OTAN) mas principalmente nas vertentes económica, política e diplomática, que procura desenvolver em simultâneo e de forma sinérgica para dar resposta à crise do Leste da Ucrânia, procurando não comprometer de forma decisiva e irreversível os seus interesses económicos (Prazeres, 2014).

EUA: Não destoando do cenário que tem sido habitual desde o fim da Guerra Fria, os Estados Unidos da América revelam-se a principal potência entre os intervenientes ocidentais neste conflito: assim, não é de estranhar que, desde o início, tenham assumido uma vincada posição política relativamente à situação.

No ano de 2014, na altura do início do conflito e aquando da anexação da Crimeia pela Rússia, o então presidente Barack Obama considerou esta ação uma grave violação da Lei Internacional, na medida em que seria uma óbvia evasão às obrigações da Rússia perante a Carta das Nações Unidas e de diversos acordos⁴³ previamente assinados entre a Ucrânia e a Rússia (Sofer, 2014). Após o início da crise, Barack Obama demonstrou que uma das grandes preocupações, por parte dos EUA, seria encontrar uma solução diplomática (Aliu & Jashari, 2015).

Mesmo antes da crise, era por de mais evidente uma vontade do Ocidente em estreitar laços com a Ucrânia: durante a Revolução Laranja, entre 2004 e 2005 (já descrita em capítulos anteriores), tanto os EUA como a UE apoiaram a candidatura de Viktor Yuschenko, um presidente com marcadas tendências democráticas e uma clara vontade de aproximação e adoção de políticas mais próximas da realidade Ocidental, postura que é intrinsecamente distinta e oposta à da do seu rival eleitoral, Viktor Yanukovych, apoiado pelo Kremlin. Assim, após a anexação da península da Crimeia, a reposta por parte dos dois grandes atores a Ocidente, os EUA e a EU, foi de condenação da ação russa, com posterior

⁴³ Como os acordos de Helsínquia e o Memorando de Budapeste. Moscovo comprometeu-se com os EUA e a Grã-Bretanha que iria respeitar a independência e as fronteiras da Ucrânia, em troca da retirada de suas armas nucleares desse país.

aplicação de elevadas sanções que, no entanto, pouco efeito surtiram como tentativa de dissuasão da estratégia russa.

5.1.3. A Ucrânia

Ucrânia: Após a eleição de Viktor Yanukovich, em 2010, houve lugar a uma possibilidade de aproximação da Ucrânia à UE (no seguimento das tendências do anterior líder), em 2013. A concretização deste acordo corresponderia às expectativas da maioria da população ucraniana, representando a verdadeira vontade do povo: no entanto, o presidente decidiu em detrimento de tratado, preferindo estreitar relações com o Oriente. Como anteriormente referido, foi esta a gota de água que levou a extensas manifestações nacionalistas que levaram, em última instância, à destituição de Yanukovich e posterior resposta da Rússia à instituição de um governo pró-Occidental. Esta situação é reflexo da instabilidade interna que tem assolado a Ucrânia, praticamente desde a consolidação da sua independência. As divisões socioculturais, a influência das elites na política e a instabilidade de sucessivos governos têm vindo a manifestar-se sob diversas formas, destacando-se o advento de movimentos separatistas (particularmente, os pró-Rússia) (Barata, 2014).

De ressaltar que os EUA e a OTAN sempre procuraram estabelecer relações bilaterais com a Ucrânia, apesar do país nunca ter integrado a OTAN. A Ucrânia tem participado nas operações de paz desta organização, mesmo sem efetivamente fazer parte da mesma, porque a adesão à aliança militar comprometeria a sua relação com a Rússia e criaria uma brecha relativamente à atual corrente de política externa ucraniana, que procura a manutenção do equilíbrio entre as relações com a Rússia e o Ocidente (Andreev, 2014). É evidente que Kiev também procura beneficiar deste clima de contenda, aproximando-se de um ou outro bloco conforme a vantagem relativa que isso possa significar em termos de oportunidades de crescimento (Freire, 2009).

Tabela 1 – Posição política dos intervenientes no Conflito na Ucrânia relativamente a acontecimento chave no âmbito do mesmo

Acontecimento	Ocidente/Ucrânia	Separatistas/Rússia
Euromaidan	Revolução democrática nacional, de tendências pró-europeias, que culminou com uma transferência de poder legal.	Golpe de Estado apoiado e instigado pelo Ocidente.

Yanukóvich	Tirano, autoritário, de tendências pró-russas. Ilegítimo.	Um oligarca, mas um presidente eleito legítimo, reconhecido pela OSCE.
Governos posteriores a Yanukovych	Governos legítimos e legalmente constituídos, através dos quais a soberania nacional é recuperada. Exemplo da orientação pró-europeia da Ucrânia.	Governos ultranacionalistas ilegítimos, à exceção do governo de Poroshenko.
Crimeia	Invasão e anexação imperialista, ilegal sem validade ou reconhecimento internacional	Reação apropriada da Rússia em defesa de seus interesses. Exemplo do exercício do direito de autodeterminação; reunificação e restituição da "justiça histórica", nas palavras de Putin.
Referendo - Nova Rússia	Processo sem validade, realizado sob intimidação e instigado pela Rússia.	Processo democrático fruto da soberania popular e que reflete a divisão de identidade da Ucrânia.
Guerra em Donbass	Agressão expansionista mascarada da Rússia contra a Ucrânia. Guerra internacional contra o terrorismo separatista pró-russo instigado por Moscovo.	Guerra civil. Resistência da população local em aceitar o governo ilegítimo, ultranacionalista e separatista de Kiev.
Papel do Ocidente	Promoção da democracia liberal; defesa da soberania nacional da Ucrânia para optar por integrar o projeto regional desejado, a UE ou a União Económica da Eurásia (UEE).	Expansionismo de potências capitalistas. Ofensiva imperialista sem respeito pela área de influência e segurança da Rússia. Novo exemplo da pretensão ocidental de hegemonia.
Papel da Rússia	Impedir o sucesso da revolução democrática na Ucrânia, que seria o prelúdio de uma revolução similar na Rússia; desafiar a ordem internacional atual ao redesenhar o mapa europeu; estratégia ofensiva que não pode ser contida por políticas de apaziguamento.	O Kremlin deseja proteger o povo com raízes russas. Exercer o direito (natural) de defender seus interesses em sua área de influência após a intervenção ocidental nele.

Fonte: construído pelo autor; adaptado de Ramas (2016)

5.2. Estratégia Militar

As doutrinas das diferentes instituições militares são produto do seu passado bélico, procurando, no processo, ajustar-se a novas ameaças e tendências. Neste caso em particular,

entre as forças intervenientes neste conflito, contam-se as que se encontram diretamente envolvidas no conflito e as que assumem um papel de carácter observacional, ocasionalmente intervindo sob a forma de apoio monetário ou equipamento de defesa. É importante referir que, segundo Phillip Karber, a guerra na Ucrânia encaixa na definição de guerra por procuração, mas apenas em parte: enquanto a Rússia interfere ativamente no conflito, ao intervir diretamente e ao armar as forças separatistas com armas tecnologicamente recentes e a Ucrânia é, supostamente, o bastião do Ocidente, é evidente a ausência de intervenção de forças ocidentais no conflito (Karber P. , 2015).

5.2.1. Rússia/Forças Separatistas pró-Rússia

A nova doutrina militar russa define as ameaças e riscos militares à Federação Russa, descrevendo as características dos conflitos na era moderna como são percebidos pelas entidades regentes do país e das forças armadas (Sazonov, 2016). Uma das mais evidentes considerações deste documento é o destaque e importância concedidos aos meios não militares que, cujo ratio de utilização excederá o uso dos meios militares propriamente ditos numa proporção de 4 para 1 (Sazonov, 2016). A tabela seguinte, baseada na tradução anglo-saxónica da doutrina russa (Putin, 2014) e num relatório da OTAN relativo à guerra na Ucrânia (Sazonov, 2016), destaca as principais diferenças percebidas pelas autoridades russas (*vide* Tabela 2).

Tabela 2 – Sumário dos principais elementos a destacar na Doutrina Militar Russa de 2014

Conflitos na Era Moderna – Doutrina Militar Russa
<ul style="list-style-type: none"> • Uso integrado de força meios militares, políticos, económicos, de informação e outros meios não militares, implementados juntamente com o potencial de manifestação das populações e forças de operações especiais
<ul style="list-style-type: none"> • Extensa utilização de sistemas de armas e tecnologia militar, armas hipersónicas, guerra eletrónica, armas baseadas em novos princípios físicos comparáveis em eficiência a armas nucleares, sistemas de coordenação de informação, aeronaves não tripuladas, veículos marinhos autónomos e armas robóticas
<ul style="list-style-type: none"> • Impacto sobre todos os aspetos do território inimigo, simultaneamente no espaço de informação global, no ar, em terra e no mar
<ul style="list-style-type: none"> • Alto grau de destruição de objetos, velocidade de manobra e fogo, uso de várias forças móveis
<ul style="list-style-type: none"> • Redução da janela de preparação para hostilidades

<ul style="list-style-type: none"> • Fortalecimento da centralização e automação do comando e controlo das forças e sistemas, como resultado da transição de um sistema de controlo e comando estritamente vertical para uma rede global de sistemas de controlo de força e armas automatizados
<ul style="list-style-type: none"> • Criação de uma zona de guerra permanente nos territórios das partes em guerra
<ul style="list-style-type: none"> • Participação, nas hostilidades, de grupos armados e grupos militares privados
<ul style="list-style-type: none"> • Uso de métodos de ação indiretos e assimétricos
<ul style="list-style-type: none"> • Aplicação da forças políticas e movimentos sociais financiadas externamente

Fonte: Construído pelo autor; baseado em Putin (2014) e Sazonov (2016).

É a opinião de diversos autores que a guerra na Ucrânia, em particular, na região do Donbass tem servido como um teste a esta nova doutrina e forma de conduta dos conflitos (Karber P. , 2015).

Entre o fim de março e o início de maio de 2014, os russos iniciaram a primeira fase do conflito: em abril de 2014, um grupo militarizado iniciou as primeiras provocações por parte das forças separatistas pró-russas, nas regiões de Slavyansk e Kramatorsk, incluindo os primeiros ataques armados a representantes do governo ucraniano e edifícios governamentais (Sazonov, 2016). Era clara a superioridade deste grupo relativamente a outros ativos na mesma altura, particularmente em termos de armas e equipamento, sendo colocada a hipótese de que os líderes separatistas estariam de alguma forma associados com a Federação Russa (Sazonov, 2016).

Numa segunda fase, formaram-se grupos beligerantes cujos membros seriam habitantes locais e voluntários russos, com o objetivo de controlar os *oblasts* de Donetsk e Luhansk.

Inicialmente, em março de 2014, a Rússia negou qualquer apoio às forças separatistas pró-russas, apesar de existirem evidências de envolvimento militar das forças russas na Crimeia nessa mesma altura (Katchanovsky, 2015). A intervenção das forças russas em Donbass terá sido, pelo menos ao início, muito mais discreta, ao permitir que militares voluntários atravessassem a fronteira e ao auxiliar os separatistas, fornecendo-lhes armas e treino militar. Para além disso, o governo russo ameaçou o uso de força militar na Ucrânia e mobilizou uma fração significativa das suas forças para fronteira com a Ucrânia, entre a primavera e o verão de 2014 (Katchanovsky, 2015).

Nesta altura, após a operação ucraniana em Zubrowski (ver abaixo), foi evidente a intervenção russa no conflito: no rescaldo da tentativa, por parte das forças ucranianas, de encerrar a fronteira, a Rússia empregou a artilharia num contra-ataque que provocou

elevadas baixas e a destruição de uma fração significativa do armamento ucraniano, deixando as forças ucranianas desfalcadas e em desvantagem (Karber P. , 2015). Por outro lado, em Ilovaisk, em finais de Agosto, o exército russo iniciou uma contraofensiva com o objetivo de atenuar a pressão ucraniana sobre Donetsk e abrir caminho em direção a Mariupol, facilmente superando a resistência dos batalhões ucranianos, apanhados de surpresa e enfraquecidos pela artilharia russa: em duas semanas, reestabeleceu-se a ligação entre as repúblicas de Donetsk e Luhansk e cercaram um grande número de tropas ucranianas a sul de Ilovaisk, forçando o governo ucraniano a aceitar uma oferta de armistício que não se verificou, na medida em que as forças russas atacaram as tropas ucranianas em retirada, tendo estas últimas sido forçadas a abandonar feridos e equipamento (Karber P. , 2015). Daqui, o objetivo seria a expansão para sul, em direção à Crimeia, que não se concretizou por limitações relacionadas com a manutenção das forças (Karber P. , 2015). Nesta altura, Mariupol também era um ponto de elevado interesse para os russos, por albergar o único porto do Donbass e por ser sede de uma das maiores fábricas de aço na Ucrânia; assim, as forças russas tomaram a cidade de Novoazovsk (*vide* Mapa 7, anexo B) e, posteriormente dirigiram-se a Mariupol (*vide* mapa 8, anexo E). Com a implementação do acordo de Minsk I, em setembro, o cessar-fogo implicou um atraso nas operações, com as forças russas a realizar tentativas de captura da cidade por assalto direto entre o final de 2014 e o início de 2015 (Karber P. , 2015).

Após estes ataques, em janeiro de 2015, as forças russas iniciaram uma ofensiva com o objetivo de explorar a vulnerabilidade ucraniana, sendo parcialmente bem sucedidas (Karber P. , 2015).

5.2.2. Bloco Ocidental

No relatório da OTAN no último trimestre de 2014, Stoltenberg (2015) escreve que, *“a Leste, a Rússia utilizou força militar para anexar a península da Crimeia, desestabilizar o leste da Ucrânia e intimidar os seus vizinhos.”*

À luz destes acontecimentos, a OTAN lida com uma situação de segurança mais complexa e dinâmica, a sul e a leste das fronteiras dos Aliados. Com estes novos desafios, especialmente desde a Guerra Fria, a OTAN está novamente num ponto de viragem estratégico (Stoltenberg, 2015). Desde a sua criação, que o âmago da narrativa da OTAN é uma série de projetos concretos: no rescaldo da guerra no Afeganistão, pareciam não existir

situações de uma magnitude digna de dar continuidade a esta história, até ao início da crise ucraniana (Andreev, 2014).

É importante ressaltar que, apesar da omnipresente ameaça das armas nucleares, a dissuasão⁴⁴ convencional tornou-se, uma vez mais, prática comum nas operações da OTAN, correspondendo àquela que tem vindo a ser a tendência da Rússia relativamente aos seus vizinhos fora da área de influência da OTAN. Assim, para dar resposta a todas as ameaças a Leste das suas fronteiras, a OTAN criou as *Adaptation Measures*, que vieram trazer nova força aos aliados; quanto à NATO Response Force, esta viu o seu estado de prontidão ampliado (pela interligação de componentes aérea, naval e de operações especiais), tornando-a numa força de conjunto mais capaz e flexível, composta (NATO, 2017). Para além disso, a OTAN tem-se mostrado disponível para perseverar um ambiente de cooperação e diálogo com os Estados da região do Mar Negro. A OTAN também foi intransigente na decisão de suspender qualquer tipo de relação com a Rússia (Croft & Siebold, 2014).

5.2.3. A Ucrânia

Ainda que enfraquecida por décadas de declínio estrutural, negligência na atualização das doutrinas e falta de modernização tecnológica o exército ucraniano pôs em prática a maior mobilização de tropas contra um inimigo desde a Segunda Guerra Mundial, ao ver-se confrontada com as forças russas que se acumulavam na sua fronteira (ICG, 2014).

Após vários meses de confrontos com os insurgentes na região de Donbass e de um cessar-fogo falhado, Poroshenko autorizou o “Plano B”⁴⁵, com três componentes principais: (1) redução da área controlada pelos separatistas, (2) selar a fronteira com a Rússia para impedir a entrada de equipamento e (3) dividir militarmente as autoproclamadas repúblicas populares de Donetsk e Luhansk (Karber P. , 2015).

A operação foi encarada não como uma campanha militar, mas como uma campanha antiterrorista: para minimizar baixas civis, as forças ucranianas não recorreram à artilharia na maioria das batalhas. Para além disso, a maioria da operação foi levada a cabo por unidades de infantaria e unidades voluntárias, não havendo lugar ao uso de armas combinadas para atingir os objetivos estratégicos (Karber P. , 2015).

⁴⁴ “Deterrence is the threat of force in order to discourage an opponent from taking an unwelcome action. This can be achieved through the threat of retaliation (deterrence by punishment) or by denying the opponent’s war aims (deterrence by denial). This simple definition often leads to the conclusion that all it takes to deter is to put enough force on display. As long as both sides act “rationally”, i.e. according to a cost-benefit calculus, and if none of them is suicidal, their military potentials will keep each other in check” (NATO, s.d.)

⁴⁵ O plano B foi uma ação contraofensiva conjunta contra as forças separatistas em Donbass (Karber P. , 2015).

Inicialmente, em julho durante a batalha de Sloviansk, as forças ucranianas foram bem sucedidas em retomar a cidade, mas não esperavam o colapso súbito das defesas separatistas: assim, o que foi, sem dúvida, uma vitória tática, ficou aquém em termos de resultados estratégicos significativos (Karber P. , 2015). Posteriormente o assalto a Zubrowski foi bem sucedido na separação das repúblicas e na recuperação de 200 km ao longo fronteira sul da região de Donbass (Katchanovsky, 2015).

De destacar, também, foi a tentativa das forças ucranianas, durante a primavera de 2014, de defender os aeroportos das regiões Donyetsk e Luhansk, com a mobilização de elementos de brigadas aerotransportadas para o local, forças essas que foram constrangidas a uma posição defensiva em torno de cada um dos aeroportos, deixando o terreno envolvente desprotegido e resultando num cerco por parte da oposição, que impediu o reabastecimento das tropas ucranianas (Karber P. , 2015). O estado de sítio do aeroporto de Luhansk manteve-se até setembro, altura que as forças russas bombardearam o aeroporto intensivamente; após este ataque, as forças ucranianas atacaram as tropas russas, sofrendo uma pesada derrota mas permitindo a retirada das tropas ainda no aeroporto; no geral, o cerco e a batalha resultaram em perdas substanciais para as tropas ucranianas (Karber P. , 2015). Já quanto ao aeroporto de Donetsk, as forças ucranianas foram bem sucedidas na sua defesa durante 240 dias, altura em que bombardeamentos por parte das forças russas puseram termo a esta resistência.

5.3. Estratégia Económica

Atualmente, o principal parceiro económico da Rússia é a UE, apesar da Rússia não ser o maior parceiro económico da Europa. Desde a Guerra Fria a Rússia tem utilizado a energia como fator de relevância no sistema internacional – o petróleo e o gás natural são os principais recursos energéticos utilizados pela Rússia de forma a impor a sua estratégia económica. Para além disso, Kiev é o quinto maior parceiro comercial da Rússia, dependendo de Moscovo em todas as vertentes da economia (Varettoni, 2011): esta dependência significa uma facilidade, da parte de Moscovo, em destabilizar e limitar a Ucrânia através de medidas económicas.

Mas nem só da dependência energética de Kiev é suportada esta vertente da estratégia: quer a Alemanha quer diversas repúblicas ex-soviéticas estão dependentes do gás natural russo, abastecido por meio de gasodutos que atravessam a região leste da Ucrânia (cerca de 86 bilhões de metros cúbicos do gás exportado para a Europa passaram pela rede

de gasodutos da Ucrânia desde 2013 (Umbach, 2014). Por outro lado, a Rússia também é um dos maiores importadores da tecnologia alemã (Prazeres, 2014).

No rescaldo do início da crise, o presidente russo intimidou os líderes europeus com ameaças de cortes no fornecimento de gás natural; assim, é aceitável afirmar-se que esta interdependência económica e, sobretudo, energética, dos países europeus para com a Rússia permitirá a Moscovo levar avante os seus objetivos estratégicos; para além disso, o facto de a Rússia ter levado a cabo a sua ação ignorando as retaliações de natureza financeira, económica e diplomática é prova do fracasso da estratégia de dissuasão económica e diplomática da UE (Loureiro dos Santos, 2016).

Outra questão que pode afirmar-se como um dos pilares da atual crise foi a indecisão quanto à adesão da Ucrânia à Parceria Oriental (um programa que visa a integração dos estados de leste na economia europeia) ou à União Económica Euroasiática (UEE, uma aliança comercial estabelecida entre a Rússia, o Cazaquistão e a Bielorrússia).

A Parceria Oriental (bem como outras associações, como a Política Europeia de Vizinhança) visa a criação de condições essenciais e aprazíveis às economias de Leste, num clima de colaboração económica. O interesse da UE neste tipo de parcerias é baseado não só nas vantagens económicas para todos os intervenientes, mas também na possibilidade de criação de uma zona tampão relativamente à economia russa, facilitando a manutenção da estabilidade das fronteiras da União (Krastev & Leonard, 2015).

Por outro lado, a UEE foi criada com pareceres positivos dos então líderes europeus (de facto, parecia ser um tipo de organização que poderia ter raízes em políticas europeias), havendo esperanças de que funcionasse como um meio de criação de uma relação funcional com a Rússia. Acontece que muitos viram este acordo como imperfeito, na medida em que parecia servir mais questões geopolíticas do que trazer estabilidade económica à região. O Kremlin estabeleceu o acordo como um desafio à UE, mas fê-lo segundo os termos da mesma – é, repete-se o “tipo de organização que Bruxelas poderia ter inventado” – mostrando-se como uma opção de desenvolvimento muito menos militarista e nacionalista do que é habitual para a Rússia. A UE perdeu aqui uma oportunidade crucial de modelar o conflito na Ucrânia, ao ver a criação da UEE apenas como um desafio (Krastev & Leonard, 2015).

Por outro lado, a veemente oposição da Rússia ao acordo de associação entre a Ucrânia e a UE teve a sua génese numa perceção de ameaça aos interesses de integração da UEE, evidenciando a marcada ambição russa de prevenção de uma reaproximação entre a Ucrânia e a EU (Santos, 2015). Putin refere que esta oposição não estará relacionada com a soberania da Ucrânia, mas com as consequências que a concretização do acordo teria para a

economia russa – o presidente russo enfatizou as vantagens de um clima de cooperação entre a Ucrânia e a UE exigindo, no entanto, a integração dos interesses da UEE no processo, alegando uma convicção pessoal de que não existiria contradição entre os dois modelos .

Quanto ao Mar Negro, antes e durante a era da Guerra Fria, encontrava-se sob o domínio praticamente exclusivo da Rússia, tendo-se tornado uma região insegura após a queda da URSS (Santos, 2015). No entanto, o recente interesse do Ocidente (pela expressão cada vez maior da globalização) levou a Rússia a aumentar a sua presença na região, pela importância estratégica da mesma para o país (o Mar Negro representa a abertura aos mercados e a parcerias com os países do Médio Oriente) (Andreev, 2014). Neste contexto, é perfeitamente perceptível a importância geoestratégica da península da Crimeia (particularmente do porto de Sebastopol, onde se encontra parte da frota russa).

5.4. Estratégia Informática-Eletrónica

“A Era da Informação em que vivemos veio alterar profundamente esta relação-escalonamento, em termos de proximidade/afastamento dos três níveis clássicos de direção – político, estratégico e tático” (Loureiro dos Santos, 2016, p. 53).

No caso particular do conflito no Donbass, a desinformação incitada por Moscovo destaca-se como um instrumento político-militar de extrema importância, num tipo de agressão conhecido como guerra da informação – em 2013, Gerasimov caracteriza a *guerra da informação* como um conjunto de *“meios militares de natureza oculta (...) com o objetivo de manipular a informação e exercer influências psicológicas sobre os líderes políticos, militares e população civil de um outro Estado”* (2013). O general afirma que a este tipo de guerra abre as portas à geração de um clima de assimetria que pode diminuir sobremaneira a capacidade bélica de um inimigo (Gerasimov, 2013).

Um claro exemplo de desinformação é a aparente convicção, vocalizada por Putin, de que os serviços especiais americanos incitaram e instrumentalizaram pelos serviços especiais americanos, a par da deposição de Yanukovych, de forma a justificar a expansão Oriental da OTAN (Santos, 2016).

Para além da desinformação, as atividades centrais subjacentes à guerra da informação incluem outros conceitos, como sejam a demonização e dissuasão do adversário,

a legitimação dos interesses próprios dos Estados, a mobilização da opinião pública e a promoção de elites políticas (Sazonov e Müür, 2016).

Mas esta mobilização da opinião pública é, em certa medida, bidirecional. Diversas publicações ocidentais, incluindo a prestigiada *The Economist*, retratam Putin como um líder ostracizado e ridicularizado pelos seus pares, destacando a queda do rublo e a contração da economia russa: o certo é que o presidente russo se encontra, há anos, como “indisputado senhor do Kremlin, a atingir os objetivos que pretende, vencendo os confrontos que entendeu desencadear” (Santos, 2016, p. 93).

Sobre o espaço mediático de operações Loureiro dos Santos refere que:

“(...) assumiu a dimensão que o caracteriza como «teatro de operações», onde um determinado ator político pode lançar ofensivas e defensivas em direção a um outro com o qual se encontre em conflito, assim como uma plataforma de debate entre atores de qualquer tipo que se encontrem em competição (...)” (2016).

O mesmo autor destaca o reforço da dimensão humana do debate estratégico e que as operações de desinformação têm o objetivo de transmitir a perceção que mais convenha aos seus interesses – como, se resto, a Rússia tem feito na questão ucraniana: na Era da Informação, e dando continuidade à recomendação de Sun Tzu, de que “*a suprema arte da estratégia é, sendo-se fraco, convencer o inimigo de que se é forte*” (Loureiro dos Santos, 2016).

A propaganda russa funciona neste sentido, para além de criar as condições necessárias para deprimir a população dos estados inimigos, destabilizar o seu governo e desmoralizar as suas forças armadas (Sazonov, 2016). De acordo com a doutrina de Gerasimov, a guerra é conduzida quer no reino físico, quer no âmbito da informação, sendo a superioridade do último decisiva para a vitória (Sazonov, 2016).

CAPÍTULO 6 - Discussão

Partindo do previamente exposto, será intuitivo assumir o carácter complementar e, por vezes, sobreponível ou indissociável que diz respeito às diversas vertentes do nível de charneira da pirâmide de Beaufre. Assim, este capítulo procurará responder, de forma simples e sucinta, às questões propostas.

6.1. Emprego da Estratégia Política pelos intervenientes no conflito

Considerando esta primeira pergunta derivada, que diz respeito à vertente política do nível de charneira opõem-se, de forma resumida, as estratégias políticas dos diversos atores, tornando-se perceptível uma dicotomia no que às perspetivas relativas ao Sistema Internacional diz respeito (*vide* Tabela 1).

O Bloco Ocidental (e o conjunto das suas democracias) tem procurado, desde o fim da Guerra Fria e no contexto do advento e gradual dissolução da hegemonia americana, expandir os seus ideais liberais e a sua influência para Oriente, por meio da expansão de organizações internacionais como a UE e a OTAN. É esta política de expansão que está na génese da violenta resposta por parte da Rússia. Para Putin, a destituição de Yanukovych (e, consequentemente, a negação de uma postura ucraniana pró-russa) através do que foi visto pelos russos como um golpe de estado é a gota de água: Moscovo respondeu com a anexação da Crimeia (uma península de grande importância estratégica para os russos que, em caso de expansão da OTAN, poderia ser usada como base naval desta organização) e um processo de tentativa de destabilização da Ucrânia, como forma de dissuasão de políticas de aproximação ao Ocidente. Esta anexação não foi mais que a retaliação da Rússia a uma estratégia de expansão percebida por Moscovo como uma ameaça aos seus objetivos estratégicos: a expansão da OTAN era um fator a que os russos se opunham veemente e que já teriam condenado por diversas vezes. Mais concretamente, aquando do anúncio do futuro estatuto de membros da Geórgia e da Ucrânia, a Rússia condenou esta ação como uma ameaça direta à soberania da Rússia (Mearsheimer, 2014). Para além disso, esta expansão implicaria uma queda acelerada do imperialismo russo representado por Putin, que nunca escondeu a intenção de conduzir a Rússia de volta aos seus tempos áureos, facto sublinhado pelo papel interventivo da Rússia em todos os conflitos que ocorrem no seio da ex-URSS (Allison, 2014). Assim, a estratégia política do presidente russo é de fácil compreensão: nas palavras de Mearsheimer, qual seria a postura das potências ocidentais se, por exemplo, a

Rússia ou a China decidissem formar uma aliança militar e tentassem incluir o Canadá ou o México? (Mearsheimer, 2014).

Esta observação conduz-nos à análise da Estratégia Política do Bloco Ocidental no que à Ucrânia diz respeito. Já aqui se referiu uma vontade do Ocidente de estreitar laços com a Ucrânia, que ficou patente pelo apoio da candidatura de Viktor Yushenko, um presidente com tendências democráticas e uma clara vontade de aproximação e adoção de políticas mais próximas da realidade Ocidental em 2004. A resposta Ocidental à anexação da Crimeia foi a de aplicação de sanções, quer económicas quer políticas: acontece que a Rússia ignorou esta tentativa de dissuasão, provando não temer um conflito armado com o Ocidente porque, obviamente, tal facto seria extremamente penalizador para o espaço europeu. Como já referido, o soft power Ocidental provou-se exíguo face à invasão da Crimeia pela Rússia, que se aproveitou da vulnerabilidade militar dos países europeus e do facto da Ucrânia não pertencer à OTAN (o que invalida uma intervenção direta da mesma) (Loureiro dos Santos, 2016).

De uma perspetiva realista, confirma-se uma certa anarquia do Sistema Internacional, já que se observa a resoluta recusa de um Estado a cumprir uma série de regras, leis e acordos internacionais escolhendo, ao invés, interpretá-los como lhe aprouver (Mearsheimer, 2014).

Em suma, em termos políticos, existe um estado de permanente desconfiança entre os EUA e a Rússia (que, segundo Loureiro dos Santos, se assume como uma “quase-ilha” de poder global (2016), num eco que traz à memória os tempos da Guerra Fria. O balanço de poder entre as duas potências é precário e qualquer perturbação do seu equilíbrio poderá representar significativas consequências para a futura organização e composição do Sistema Internacional. Cada passo dado por cada uma das potências é extensamente escrutinado e interpretado pela oposição como uma ação em direção à tentativa de atingir a hegemonia global, num ambiente que pode considerar-se como um de “Paz Fria” (Ditrych, 2014).

6.2. Emprego da Estratégia Militar pelos intervenientes no conflito

Se dois inimigos têm ambos a capacidade de infligir danos a um nível que é visto pelo outro como excessivo, a ameaça de uma destruição desmesurada e irrevogável será suficiente para assegurar que nenhum deles atacará o outro. Putin retira alguma vantagem teórica deste clima de aparente impasse, o que é claro nas afirmações explanadas no

documento relativo à doutrina militar russa de 2014⁴⁶. No seguimento deste aparente impasse entre potências, leia-se o que diz Loureiro dos Santos acerca dos conflitos entre estados a nível global:

“a metade leste tende a evoluir para situações de instabilidade, agitação e até conflitos armados. As três maiores potências que se encontram neste espaço (Rússia, China e Índia), assim como o Japão, parecem convergir para rotas perigosas, porquanto se têm revelado fortes focos de tensão entre si, capazes de produzir choques de natureza militar.” (2016, p. 67).

Como previamente salientado, para Moscovo, a guerra não é entendida como uma continuação, mas como parte integrante da política (Sazonov, 2016).

Ficou patente que a doutrina militar russa e a sua aplicação têm sido mais bem-sucedidas que no passado. Esta doutrina é baseada em três princípios base: (1) o exército russo mantém o seu papel de protetor da pátria, (2) o papel chave, em conflitos futuros, será das forças especiais e dos serviços de segurança e (3) todos os ramos do governo estão envolvidos nos esforços envidados no âmbito bélico (de facto, num contexto de guerra híbrida, o exército é usado, maioritariamente, como um agente de dissuasão e não como uma ferramenta de agressão (Rácz, 2015)).

O sucesso, embora parcial, nas batalhas travadas no âmbito da guerra no Donbass foi prova da eficácia deste tipo de *new generation warfare*, que preconiza uma ação dividida em diversas fases e o recurso a meios não militares para a condução do conflito. Este caso de estudo, é um bom exemplo de como a existência de uma força militar combinada com procedimentos/ações de guerra irregular pode ser eficaz no alcance dos objetivos propostos pela política (Sazonov, 2016).

Destaca-se que uma das principais características da guerra russa é a ênfase dada à guerra da informação, que denota uma clara adaptação russa às novas e alternativas formas de guerra (Gerasimov, 2013).

A forma de condução da guerra, por parte da Rússia, esteve sempre mais ligada à perspetiva militar de Sun Tzu que à ocidental: a diferença chave, hoje em dia, é a capacidade do país aplicar a sua doutrina de forma bem sucedida, como se verificou pelo processo de anexação da Crimeia e pelo sucesso na guerra do Donbass. Como, anteriormente e após o

⁴⁶ “(...) maintaining global and regional stability and nuclear deterrence potential at an adequate level; (...) The Russian Federation reserves the right to use nuclear weapons in response to use against it and (or) its allies of nuclear and other weapons of mass destruction, as well as in the case of aggression against the Russian Federation with the use of conventional weapons, when under threat the very existence of the state. The decision to use nuclear weapons is taken President of the Russian Federation (...) maintaining a nuclear deterrent established degree of readiness” (Putin, 2014).

fim da Guerra Fria, o sucesso da doutrina russa não se destacava com particularmente impressionante, resta saber se o que se passou na Ucrânia é a exceção ou uma nova norma (Sazonov, 2016). O relatório da OTAN no último trimestre de 2014, Stoltenberg (2015) escreve que, “*a Leste, a Rússia utilizou força militar para anexar a península da Crimeia, desestabilizar o leste da Ucrânia e intimidar os seus vizinhos*”. Inteligentemente (e dada a sua evidente inferioridade militar relativamente à OTAN), a Rússia atacou em pontos estratégicos, em que as intenções Ocidentais não eram claras e a sua intervenção não justificava interferência externa (Karber P. , 2015). No que diz respeito à Estratégia Russa, a tendência do século XXI assenta na chamada guerra não declarada, ou seja, de conflitos armados (Gerasimov, 2013). Em 2014, o presidente russo destaca a existência de conflitos regionais em zonas contíguas à fronteira russa, conflitos esses que careceriam de algum tipo de resolução (leia-se, intervenção), para evitar que fosse posta em causa a soberania e a integridade do seu território, reafirmando o direito à defesa do seu território e dos seus interesses estratégicos (Putin, 2014). Assim, e como já referido, as Forças Armadas Russas, têm vindo aplicar a Doutrina de Gerasimov, que se distingue pelo emprego de um novo tipo de operações híbridas, particularmente aos níveis tático e operacional, tanto pela camuflagem, como em relação à desinformação tentando, se possível controlar ou influenciar os processos de tomada de decisão do inimigo. O general Gerasimov descreve os conflitos militares modernos como uma “aplicação integrada dos setores militar, político, económico, da informação e outros, por atores estatais e não estatais, para atingir objetivos políticos” (Sazonov, 2016). Assim, a guerra não é entendida como uma continuação mas como parte integrante da política (Sazonov, 2016). Pode afirmar-se que, no contexto da doutrina russa, os cinco domínios de charneira da pirâmide de Beaufre passam a ter uma óbvia e bem delineada aplicação em questões não apenas puramente estratégicas, mas claramente bélicas.

No que diz respeito à estratégia militar por parte da Ucrânia, esta tem sido praticamente inexistente desta dissolução da URSS, pela falta de ameaças concretas e pela escassez de recursos financeiros e militares (Karber P. , 2015). Assim, as forças ucranianas viram-se frente a um inimigo cujas capacidades bélicas ultrapassavam, em larga escala, as de que dispunham as forças armadas ucranianas. A estratégia ucraniana pode resumir-se à declaração de um comandante, durante uma entrevista conduzida por Karber em território ucraniano – o militar em questão afirmou que, após a decisão de alinhar com os ideais ocidentais e considerando a flagrante falta de recursos, a estratégia é irrelevante e a única opção que resta será combater (2015). Assim, a estratégia militar ucraniana tem sido

baseada, essencialmente, na tentativa de reconquista e manutenção de território ocupado pelos separatistas.

Por outro lado, o Ocidente tem-se mantido, de certa forma, à margem do conflito (com exceção do ocasional fornecimento de sistemas de defesa pelos EUA à Ucrânia, por exemplo, pela sua predisposição para uma aparente convicção de que não existe solução militar para o conflito, ignorando a óbvia dimensão da violência da guerra no Donbass (Karber P. , 2015). No entanto, a OTAN, tem vindo a demonstrar o seu apoio e disponibilidade na manutenção do clima de cooperação e diálogo com os Estados da região do Mar Negro no sentido de garantir a segurança e a estabilidade na região. Para além disso, optou por suspender qualquer tipo de relação (neste caso, as de cooperação) com a Rússia, até que o país iniciasse a retirada das tropas da fronteira com a Ucrânia, considerando o enorme desequilíbrio referente à capacidade bélica que se verifica entre os dois países, em favor da Rússia (Croft & Siebold, 2014).

6.3. Emprego da Estratégia Económica pelos intervenientes no conflito

Em termos de Estratégia Económica destaca-se por um lado, o carácter bidirecional das relações económicas entre a Rússia, a Ucrânia e o Ocidente e a aplicação de sanções ao país, como estratégia de coação, por parte do bloco ocidental, após a anexação da Crimeia.

Após a Guerra Fria *“a Federação Russa que graças à sua estabilidade interna e solidez económica recuperou o estatuto de actor geopolítico de relevo no Sistema Internacional não pretende mais integrar-se no Ocidente, mas antes afirmar-se como modelo alternativo a Este”* (Santos, 2015, p. 86). A questão da estratégia e relações económicas (e, em certa medida, política) foi uma das que esteve na origem do conflito na Ucrânia, pela indecisão do país em tender mais para Ocidente ou para Oriente. Enquanto a Europa pretendia aliciar a Ucrânia com acordos comerciais que lhe seriam vantajosos, a Rússia opunha-se veemente a esta tentativa, considerando-a uma afronta ao seu próprio poder económico e tentando por sua vez, integrar a Ucrânia na sua esfera de influência económica.

Apesar de a Rússia depender da UE em termos económicos, esta dependência é mútua: de facto, quer a Alemanha quer diversas repúblicas ex-soviéticas estão dependentes do gás natural russo, abastecido por meio de gasodutos que atravessam a região leste da Ucrânia (Umbach, 2014).

A Rússia tem utilizado a energia como fator estratégico no sistema internacional – o petróleo e o gás natural são os principais recursos utilizados pela Rússia de forma a impor a sua estratégia económica, particularmente no contexto do conflito atual, uma vez que Kiev é o quinto maior parceiro comercial da Rússia e depende de Moscovo em todas as vertentes da economia (Varettoni, 2011). Esta dependência possibilita a destabilização e limitação da economia e situação política da Ucrânia.

Uma vez que *“actualmente a Rússia constitui o principal fornecedor de gás e petróleo à União, e prevê-se que no futuro as importações a partir daquela origem venham a aumentar”* (Santos, 2015, p. 86), é aceitável afirmar-se que a interdependência económica dos países europeus para com a Rússia permitirá a Moscovo levar avante os seus objetivos estratégicos, independentemente das retaliações de natureza económica simbolizando o fracasso da estratégia de dissuasão económica e diplomática da UE (Santos, 2016).

6.4 Emprego da Estratégia Informática-Eletrónica pelos intervenientes no conflito

No âmbito da doutrina russa, é perceptível o papel central e indispensável da guerra da informação no panorama bélico. Na Rússia, por exemplo, o ramo executivo do governo, em particular, parece ter ultrapassado a tradicional ambiguidade diplomática característica de muitos governos, passando à mentira e ao uso da informação de forma ilícita, no contexto da guerra da informação (Sazonov, 2016).

Num contexto em que a globalização se apresenta como uma ameaça ao imperialismo russo e à re-ascensão da Rússia ao patamar de superpotência, a guerra da informação e as redes sociais permitem uma difusão praticamente instantânea de informação, aumentando a influência de atores não estatais em contextos de conflito. Esta vertente do *soft power* tem vindo a ser usada por ambos os blocos intervenientes no conflito, apesar de Moscovo ser o principal ator responsável por este tipo de agressão (Manning, 2004), na medida em que a desinformação se destaca como uma arma crucial na estratégia do Kremlin – a doutrina russa reitera, por diversas vezes, a superioridade no âmbito da informação como fator essencial para a vitória (Sazonov, 2016). Assim, a Rússia procura, sobretudo através de campanhas de desinformação, retratar o Ocidente e as ações da UE e da OTAN como as principais responsáveis pelo conflito e pela necessidade de intervenção Rússia na Ucrânia (Santos, 2016). Neste sentido, a propaganda russa é uma arma quase perfeita, ao criar as condições necessárias para deprimir a população dos estados inimigos, destabilizar o seu governo e desmoralizar as suas forças armadas (Sazonov, 2016).

6.5. As Estratégias Totais empregues pelos intervenientes do conflito da Ucrânia

Como anteriormente referido, é claramente perceptível, neste caso, a indissociabilidade inerente aos elementos que compõem o nível de charneira da pirâmide de Beaufre: a Estratégia Política não é empregue sem influência das restantes, assim como ocorre com as demais. A título de exemplo, temos a questão dos recursos energéticos, usados pela Rússia como arma política.

Percebe-se que a guerra que assola a região de Donbass tem implicações que vão muito para além da Ucrânia, desde que se tornou (se é que não foi sempre) um conflito maior à escala internacional. De facto, é o maior conflito entre a Rússia e o Ocidente desde os tempos da Guerra Fria. A guerra no Donbass foi consequência do Euromaidan, da deposição de Yanukovych, de questões separatistas relacionadas com divisões culturais e regionais e da anexação da Crimeia – os separatistas pró-Rússia ocuparam diversos edifícios governamentais e, contando com o envolvimento direto das forças armadas russas, proclamaram as Repúblicas Populares de Donetsk e Luhansk (que compõem grande parte do território de Donbass). Estes acontecimentos seguiram-se de uma onda de reações internacionais, com as Estratégias Gerais a evidenciarem-se como instrumento da Estratégia Total dos vários intervenientes.

Em termos de Estratégia Política, é notória a dualidade de valores que influenciam as posições dos diversos intervenientes: de um, lado, o liberalismo Ocidental, corroborado pelas diversas organizações de cooperação intergovernamental, em contínua expansão; do outro, a Rússia, cujo governo parece ainda alimentar alguns dos ideais imperialistas que alimentaram o conflito durante a Guerra Fria e que vê na hegemonia liberal uma ameaça à sua soberania. Entre ambos, uma Ucrânia profundamente dividida por questões culturais, que vê as vantagens de uma aliança a um ou outro bloco mitigadas pelas implicações que teria uma aproximação demasiado óbvia quer a um lado quer ao outro.

Quanto à Estratégia Militar, é novamente evidente a discrepância entre as doutrinas da Rússia e do Ocidente: enquanto a primeira vê a guerra como parte integrante da política (do que decorre alguma dificuldade em demarcá-las de forma independente), pondo grande ênfase na guerra da informação, o segundo percebe as atitudes bélicas como um último recurso, privilegiando, sempre que possível, soluções diplomáticas. Entre ambos os polos, a Ucrânia, carecendo de recursos que permitam a eficácia garantida de qualquer estratégia que as suas forças armadas possam, eventualmente, adotar.

Relativamente à Estratégia Económica destaca-se a complexidade das alianças económicas da Rússia com o Ocidente e o desejo de ambos os blocos em oficializar uma aliança económica com a Ucrânia; por outro lado, é de salientar o uso da energia como arma política, por parte da Rússia, e a apreensão dos países europeus que dela estão dependentes em oficializar posições mais vincadas relativamente ao conflito por receio de represálias.

Por último, os meios de informação são, desde o século passado, uma arma indispensável para o governo russo impor a sua vontade, através da desinformação. Para além disso, as redes sociais desempenham um papel central na perceção e divulgação internacional do conflito.

CONCLUSÃO

O caso da Ucrânia é um excelente exemplo de como, no contexto de um conflito, as diferentes formas de coação são usadas, sinergicamente, para a observância de objetivos políticos. Num Sistema Internacional em que imperam vontades e valores tão numerosos e díspares como os estados e entidades que o compõem, torna-se árdua a tarefa de distinguir e individualizar as diferentes Estratégias Gerais como elementos estanques. É de destacar, no entanto, o papel da evolução tecnológica, que tem sido exponencial, particularmente no campo das tecnologias de informação e comunicação. O espaço mediático revela-se como um novo “teatro de operações” que, pelos seus alcance e disponibilidade, praticamente globais, parece convidar qualquer ator, estatal ou não, à interferência em diversos conflitos.

Retira-se também, a lição de como a história pode mostrar-se indissociável da estratégia, na medida em que a última só é necessária porque a primeira implica a existência de um ténue equilíbrio entre diferentes atores do Sistema Internacional. Por outro lado, a interpretação das ações dos intervenientes é testemunho de uma dualidade de critérios entre as duas principais potências intervenientes no conflito: cada qual compreende a conduta rival à luz da sua própria doutrina, fator que poderá estar na origem de diversas situações inesperadas e interfere nas tentativas de previsão do futuro dos conflitos, na medida em que os padrões de conflitualidade poderão ser grandemente influenciados por elementos de difícil enumeração, pela sua natureza subjetiva.

Realçam-se, por fim, diversos entraves à investigação. Em primeiro lugar, a barreira da linguagem dificultou o acesso a documentos da autoria de entidades russas ou ucranianas, que teriam enriquecido o trabalho com uma perspetiva díspar da abordada. Em segundo lugar, as inúmeras opiniões e perspetivas dificultam uma abordagem puramente objetiva do tema, incluindo tentativas de descrição ou enumeração de acontecimentos – a limitação, em termos da extensão, do trabalho veio adir a esta contrariedade.

Quanto estudos posteriores, seria importante uma abordagem mais aprofundada e individualizada de cada uma das estratégias.

Bibliografia

- Aliu, Y., & Jashari, H. (abril de 2015). *Revue Des Sciences Politiques. Racing Crimea: On Intervention, Realism and Liberalization as Steering Analysis of Russia*, pp. 1 - 11.
- Allison, R. (2014). *Foreign Affairs. Russian "deniable" intervention in Ukraine how and why Russia broke the rules*, pp. 1255 - 1297.
- Andreev, P. (Setembro de 2014). *The Crisis in Ukraine: Root Causes and Scenarios for the future*. Moscovo.
- Asmus, R. (2008). *Europe's eastern promise: Rethinking NATO and EU enlargement. Foreign Affairs*.
- Averin, S. (07 de abril de 2015). *One Year of Civil War in Ukraine: Timeline and Facts*. Obtido em 14 de abril de 2019, de Sputnik: <https://sputniknews.com/europe/201504071020582134/>
- Baczynska, G., & Vasovic, A. (27 de julho de 2014). *World News*. Obtido em 5 de abril de 2019, de Reuters: <https://www.reuters.com/article/us-ukraine-crisis-rebels-insight/pushing-locals-aside-russians-take-top-rebel-posts-in-east-ukraine-idUSKBN0FW07020140727>
- Barata, P. (outubro de 2014). *Janus e-journal of International Relations. UKRAINE, EU AND RUSSIA: SOFT POWER VERSUS REALPOLITIK?*, pp. 31 - 47.
- Barroso, L. (abril de 2008). *Revista Militar. Análise Conceptual do Conceito Estratégico de Defesa Nacional*, pp. 399-422.
- BBC. (21 de abril de 2014). *BBC News*. Obtido em 25 de abril de 2019, de BBC: <https://www.bbc.com/news/world-europe-27100749>
- BBC. (12 de novembro de 2014). *World - Europe*. Obtido em 03 de abril de 2019, de BBC: <https://www.bbc.com/news/world-europe-30025138>
- BBC. (12 de fevereiro de 2015). *BBC NewsRound*. Obtido em 16 de abril de 2019, de BBC: <https://www.bbc.co.uk/newsround/26257865>
- BBC. (22 de janeiro de 2015). *World - Europe*. Obtido em 18 de abril de 2019, de BBC: <https://www.bbc.com/news/world-europe-30929344>
- BBC BRASIL. (04 de abril de 2014). *MUNDO*. Obtido em 13 de abril de 2019, de globo: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2014/04/veja-quais-sao-cidades-afetadas-por-movimento-separatista-na-ucrania.html>

- BBC NEWS. (18 de fevereiro de 2015). *Ukraine crisis in maps*. Obtido em 25 de março de 2019, de BBC NEWS: <https://www.bbc.com/news/world-europe-27308526>
- BBC NEWS. (28 de setembro de 2016). Obtido em 16 de abril de 2019, de BBC: <https://www.bbc.com/news/world-europe-28357880>
- Beaufre, A. (2004). *Introdução à Estratégia*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Borges, J. J. (2008). *Teoria Geral da Estratégia*. Lisboa: SERVIÇOS GRÁFICOS DA ACADEMIA MILITAR.
- Britannica, E. (21 de março de 2019). *Cold War: International Politics*. Obtido em 23 de abril de 2019, de Encyclopaedia Britannica: <https://www.britannica.com/event/Cold-War>
- Caetano, M. (1993). *Manual de Ciência Política e Direito Constitucional*. Coimbra: Almedina.
- Cerami, J. R., & Holcomb, J. F. (2001). *Guide to Strategy. U.S. Army College*.
- Correia, P. D. (2018). *Manual de Geopolítica e Geoestratégia*. Lisboa: Edições 70.
- Couto, A. C. (1988). *Elementos de Estratégia - Apontamentos para um curso - Volume I*. Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares.
- Croft, A., & Siebold, S. (1 de abril de 2014). *World News - NATO suspends cooperation with Russia over Ukraine crisis*. Obtido em 17 de abril de 2019, de REUTERS: <https://www.reuters.com/article/us-ukraine-crisis-nato-idUSBREA2U1UF20140401>
- Dias, C. M. (2010). *Sobre a Guerra - Política, Estratégia e Tática*. Lisboa: Prefácio.
- Dias, C. M., & Sequeira, J. D. (2015). *Estratégia - Fundamentos Teóricos: Tomo I*. Lisboa: Letras Itinerantes.
- Dias, C. M., & Sequeira, J. M. (2017). *Estratégia - Fundamentos Teóricos: Tomo II*. Lisboa: Letras Itinerantes.
- Ditrych, O. (2014). Bracing for Cold Peace. US-Russia Relations after Ukraine. *Italian Journal of International Affairs*, 75-95.
- Dolya, A. (2016). The annexation of Crimea: Lessons for European security . *European Issues*.
- Flikke, G. (2015). *A timeline for the Conflict and War in Ukraine*. The Norwegian Atlantic Comitee.
- Fortin, M.-F. (2000). *O Processo de Investigação - Da Concepção à Realização*. Loures: Lusodidacta.

- Fortin, M.-F. (2009). *Fundamentos e Etapas no Processo de Investigação*. Loures: Lusodidacta.
- Freeze, G. (2017). Um «Tempo de Dificuldades» Moderno: da Reforma à Desintegração 1985-1999. Em G. L. Freeze, *História da Rússia* (pp. 469-506). Lisboa: Edições 70.
- Freire, M. (2009). *Ukraine's multi-vectorial foreign policy: looking Ukraine's*. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- Freund, J. (1974). *O que é a política*. Lisboa: Editorial Futura.
- Frix, N. (outubro de 2016). NATO, Russia and the Ukraine. *Department of Political Science, Indiana University*.
- Fuller, W. (2017). A Grande Guerra Patriótica e o Estalinismo. Em G. L. Freeze, *História da Rússia* (pp. 395-424). Lisboa: Edições 70.
- Galeotti, M. (2016). 'Hybrid War' and 'Little Green Men': How it Works and How it Doesn't. *Ukraine and Russia: People, Politics, Propaganda and Perspectives*.
- Gerasimov, V. (27 de fevereiro de 2013). *The Value of Science Is in the Foresight: New Challenges Demand Rethinking the Forms and Methods of Carrying out Combat Operations*. Obtido em 25 de fevereiro de 2019, de Central News, Radio Free Europe/Radio Liberty: <https://www.politico.eu/article/new-battles-cyberwarfare-russia/>
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. São Paulo: Editora Atlas.
- Gil, A. C. (2017). *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*. São Paulo: Editora Atlas.
- Götz, E. (28 de janeiro de 2015). Global Affairs. *It's geopolitics, stupid: explaining Russia's Ukraine policy*, pp. 3-10.
- Grytsenko, O. (12 de abril de 2014). *Ukraine*. Obtido em 24 de março de 2019, de Kyiv Post - Ukraine's global voice: <https://www.kyivpost.com/article/content/war-against-ukraine/armed-pro-russian-insurgents-in-luhansk-say-they-are-ready-for-police-raid-343167.html>
- ICG. (2014). *Eastern Ukraine: A Dangerous Winter*. Bruxelas: International Crisis Group.
- Interns. (29 de dezembro de 2014). *Poroshenko: Despite Minsk agreements, martial law is still an option*. Obtido em 28 de março de 2019, de KyivPost: <https://www.kyivpost.com/article/content/war-against-ukraine/poroshenko-despite-minsk-agreements-martial-law-is-still-an-option-376395.html>
- Karatnycky, A. (março de 2005). Ukraine's Orange Revolution. *Foreign Affairs*.
- Karber, P. (8 de julho de 2015). "Lessons Learned" from the Russo- Ukrainian War. *The Potomac Foundation*.

- Karber, P., & Thibeault, J. (20 de Maio de 2016). *RUSSIA'S NEW-GENERATION WARFARE*. Obtido em 29 de Abril de 2019, de Association of the United States Army: https://www.ausa.org/articles/russia%E2%80%99s-new-generation-warfare?fbclid=IwAR0WJkBx32hVobaUtsdj_FvI6sa-u6l_YOXogAWk28JqES0ifD8nmWRrGfg
- Katchanovsky, I. (2015). Crimea: People and Territory Before and After Annexation. *Ukraine and Russia: People, Politics, Propaganda and Perspectives*, pp. 80-89.
- Keating, J. (01 de março de 2014). *The World - Crimean Foreshadowing*. Obtido em 21 de fevereiro de 2019, de SLATE: <https://slate.com/news-and-politics/2014/03/the-wikileaks-cables-that-anticipated-the-russian-invasion-of-crimea.html>
- Kennan, G. (22 de fevereiro de 1946). Telegram. *Harry S. Truman Administration File*. Elsey Papers.
- Kerlinger, F. (1979). *Metodologia da Pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: Edições EPU.
- Khudoteply, A. (7 de abril de 2014). *News*. Obtido em 19 de fevereiro de 2019, de RT QUESTION MORE: <https://www.rt.com/news/donetsk-republic-protestukraine-841/>
- Kramer, A. (2 de novembro de 2014). *Rebel-Backed Elections to Cement Status Quo in Ukraine*. Obtido em 10 de abril de 2019, de TheNewYorkTimes: https://www.nytimes.com/2014/11/03/world/europe/rebel-backed-elections-in-eastern-ukraine.html?_r=0
- Krasmolutska, D., Choursina, K., & Doroshev, A. (12 de maio de 2014). *NewsFromBloomberg*. Obtido em 12 de abril de 2019, de BloombergBusinessweek: <https://web.archive.org/web/20140513065029/http://www.businessweek.com/news/2014-05-12/russia-signals-respect-for-ukraine-s-separatist-referendums>
- Krastev, I., & Leonard, M. (2015). O Sonho da Ordem Europeia Estilhaçado: Como Putin está a perturbar a Aliança Atlântica. Em *A Guerra na Ucrânia* (pp. 7-23). Alfragide: Publicações Dom Quixote.
- Kubijovych, V. (s.d.). *Donets River*. Obtido em 21 de abril de 2019, de Internet Encyclopedia of Ukraine: <http://www.encyclopediaofukraine.com/display.asp?linkpath=pages%5CD%5CO%5CDonetsRiver.htm>
- Kuromiya, H. (2003). *Freedom And Terror In The Donbas: A Ukrainian-Russian Borderland, 1870s-1990s*. CAMBRIDGE UNIVERSITY PRESS.

- Liveuamap LLC. (2014). *Liveuamap - ABOUT*. Obtido em 05 de agosto de 2018, de Liveuamap: <https://liveuamap.com/about#history>
- Loureiro dos Santos. (2016). *A Guerra no Meio de Nós*. Lisboa: Clube do Autor.
- Loureiro dos Santos. (2016). *A Guerra no Meio de Nós*. Lisboa: Clube do Autor.
- Manning, M. (2004). *Historical Dictionary os American Propaganda*. London: Greenwood Press.
- Marshall, G. C. (27 de maio de 2015). The Marshall Plan Speech. *The George C. Marshall Foundation*.
- Mdzinarishvili, D. (14 de abril de 2014). *World News*. Obtido em 17 de abril de 2019, de RT - Question More: <https://www.rt.com/news/crimea-defense-russian-soldiers-108/>
- Mearsheimer, J. (outubro de 2014). The Liberal Delusions That Provoked Putin. *Why the Ukraine Crisis is the West's Fault*.
- Merriam-Webster Dictionary. (27 de abril de 2019). *Pax Americana*. Obtido de Merriam Webster: <https://www.merriam-webster.com/dictionary/Pax%20Americana>
- Monaghan, A. (2015). *The Ukraine crisis and NATO-Russia relations*. Obtido em 25 de março de 2019, de North Atlantic Treaty Organization: <https://www.nato.int/docu/review/2014/Russia-Ukraine-Nato-crisis/Ukraine-crisis-NATO-Russia-relations/EN/index.htm>
- MORTAZZA. (s.d.). *Mapa da Ucrânia*. Obtido em 23 de abril de 2019, de depositphotos: <https://pt.depositphotos.com/43227471/stock-photo-map-of-ukraine.html>
- Myers, S., & Smale, A. (13 de março de 2014). *World - Europe*. Obtido em 29 de março de 2019, de The New York Times: <https://www.nytimes.com/2014/03/14/world/europe/ukraine.html>
- NATO. (21 de setembro de 2017). *Readiness Action Plan*. Obtido em 25 de fevereiro de 2019, de North Atlantic Treaty Organization.
- NATO. (14 de junho de 2018). *Relations with Ukraine*. Obtido em 21 de abril de 2019, de North Atlantic Treaty Organization: https://www.nato.int/cps/en/natolive/topics_37750.htm#
- NATO. (28 de abril de 2019). *Strategic Concepts*. Obtido de North Atlantic Treaty Organization: https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_56626.htm#
- NATO. (s.d.). *Deterrence: what it can (and cannot) do*. Obtido em 30 de março de 2019, de NATO Review Magazine: <https://www.nato.int/docu/review/2015/Also-in-2015/deterrence-russia-military/EN/index.htm>

- NATO. (s.d.). *What is NATO?* Obtido em 10 de Abril de 2019, de North Atlantic Treaty Organization: <https://www.nato.int/nato-welcome/index.html>
- NGU. (12 de abril de 2019). *Tasks - National Guard of Ukraine*. Obtido de National Guard of Ukraine: <http://ngu.gov.ua/en/tasks>
- Nye, J. S. (1990). The Changing Nature of World Power. *Political Science Quarterly*, 176-193.
- Orwell, G. (1945). You and the Atomic Bomb. *Tribune*. Obtido em 13 de março de 2019, de http://orwell.ru/library/articles/ABomb/english/e_abomb
- OSCE. (9 de novembro de 2014). *News and press releases*. Obtido em 22 de abril de 2019, de OSCE: <https://www.osce.org/ukraine-smm/126485>
- OSCE. (21 de março de 2014). *OSCE Special Monitoring Mission to Ukraine*. Obtido em 29 de março de 2019, de OSCE: <https://www.osce.org/special-monitoring-mission-to-ukraine>
- OSCE. (5 de janeiro de 2015). *News and press releases*. Obtido em 15 de abril de 2019, de OSCE: <https://www.osce.org/ukraine-smm/133421>
- Pereira, A., & Poupa, C. (2016). *Como Escrever Uma Tese*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Pisareva, D. (maio de 2016). Russian-Ukrainian Crisis: National Identity and Democratic Consolidation in Ukraine. University of Helsinki.
- Powell, B. (1986). *O Rasto do Fundador*. Lisboa: Corpo Nacional de Escutas.
- Prazeres, J. (24 de março de 2014). Jornal de Defesa e Relações Internacionais. *O conflito na Ucrânia sob o ponto de vista da*, pp. 1 - 28.
- Putin, V. (2014). *Military Doctrine of the Russian Federation*. Obtido em 26 de abril de 2019, de Offiziere: <https://www.offiziere.ch/wp-content/uploads-001/2015/08/Russia-s-2014-Military-Doctrine.pdf>
- Quivy, R., & Campenhoudt, I. V. (2017). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: gradiva.
- Ramas, R. (2016). *Ucrania. De la Revolución del Maidán a la Guerra del Donbass*. Comunicación Social.
- Ramicone, A., & al, e. (2014). *The Ukrainian Crisis: A Disputed Past and Present*. Harvard IOP.
- Rank, S. (21 de março de 2019). *The Cold War: Causes, Major Events, and How it Ended*. Obtido de History on the Net: <https://www.historyonthenet.com/cold-war-causes-major-events-ended>

Reuters. (13 de abril de 2014). *News*. Obtido em 7 de Abril de 2019, de HAARETZ: <https://www.haaretz.com/ukraine-prepares-armed-response-1.5244869>

RFE/RL. (9 de dezembro de 2014). *East Europe - Ukraine*. Obtido em 8 de abril de 2019, de RadioFreeEuropeRadioLiberty: <https://www.rferl.org/a/ukraine-to-observe-day-of-silence/26732658.html>

Ribeiro, A. S. (15 de abril de 2019). Prós e Contras - "Quem protege a democracia?". (F. C. Ferreira, Entrevistador)

Rosenberg, S. (7 de abril de 2014). *BBC NEWS*. Obtido em 13 de março de 2019, de BBC: <https://www.bbc.com/news/world-europe-26919928>

Sandford, D. (20 de junho de 2014). *BBC NEWS - Europe*. Obtido em abril 19 de 2019, de BBC: <https://www.bbc.com/news/world-europe-27948335>

Santos, A. M. (2015). *Segurança Energética Europeia e as Relações UE-Rússia*. Lisboa: Chiado Editora.

Sazonov, V. (2016). Russian Information Campaign Against the Ukrainian State and Defence Forces. *NATO Strategic Communications Centre of Excellence*.

Schreck, C. (25 de março de 2019). *From 'Not Us' To 'Why Hide It?': How Russia Denied Its Crimea Invasion, Then Admitted It*. Obtido de Radio Free Europe: <https://www.rferl.org/a/from-not-us-to-why-hide-it-how-russia-denied-its-crimea-invasion-then-admitted-it/29791806.html>

Sofer, K. (março de 2014). *Concrete Steps to Address*. Obtido de AmericanProgress: <https://www.americanprogress.org/wp-content/uploads/2014/03/Ukraine-report.pdf>

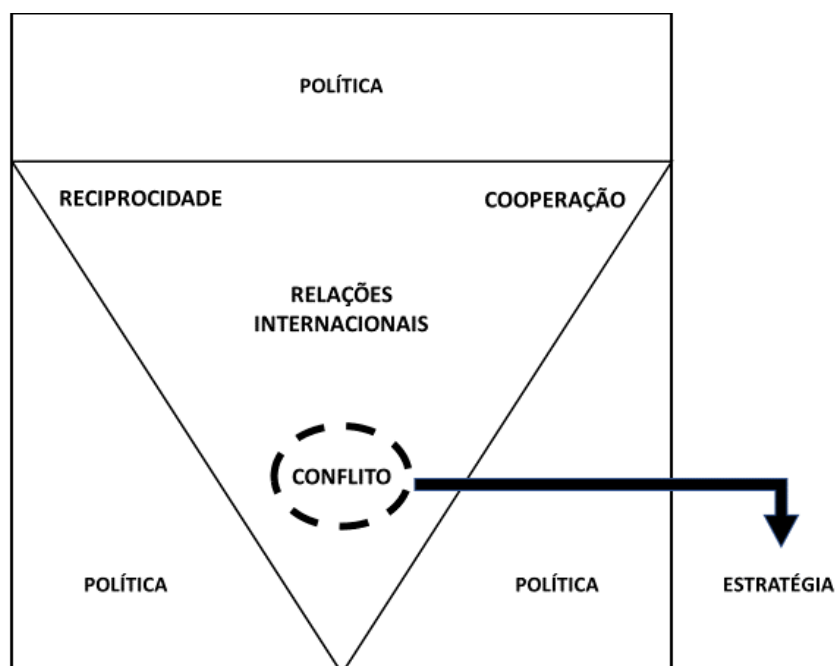
Spark, L., & Tuysuz, G. (23 de abril de 2014). *World Europe Ukraine*. Obtido em 9 de Abril de 2019, de CNN International: <https://edition.cnn.com/2014/04/22/world/europe/ukraine-crisis/>

Sprenger, S. (25 de outubro de 2016). *30 Years: Future Combat Systems — Acquisition Gone Wrong*. Obtido em 27 de abril de 2019, de Defense News: https://www.defensenews.com/30th-annivesary/2016/10/25/30-years-future-combat-systems-acquisition-gone-wrong/?fbclid=IwAR1MhQjzHReyvTw-GHd6xcf87cNWUE8w3mzjqb41i267V72puP_2qB3tVtI

Sputnik. (06 de setembro de 2018). *SputnikNews - Defesa*. Obtido em 30 de abril de 2019, de Sputnik: <https://br.sputniknews.com/defesa/2018090612147874-sistema-defesa-antiaerea-buk-russia-caracteristicas/>

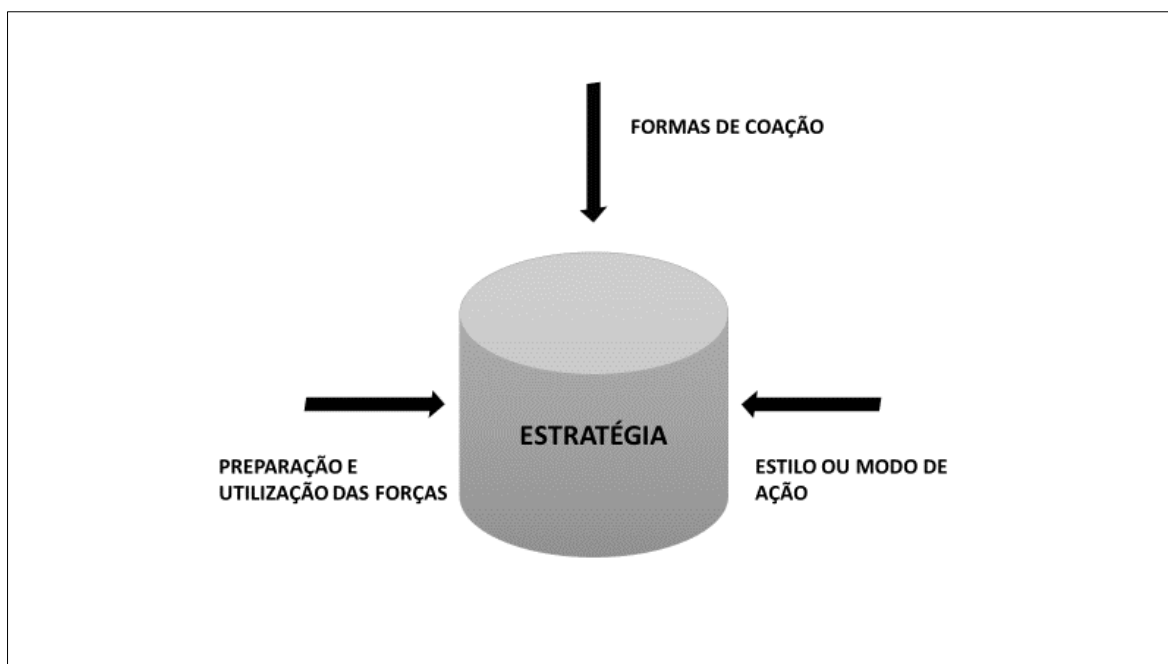
- Stoltenberg, J. (30 de janeiro de 2015). *The Secretary General's Annual Report 2014*. Obtido em 26 de Abril de 2019, de NATO: https://www.nato.int/cps/en/natohq/opinions_116854.htm
- The Guardian. (12 de maio de 2014). *World - Europe*. Obtido em 18 de abril de 2019, de The Guardian: <https://www.theguardian.com/world/2014/may/11/eastern-ukraine-referendum-donetsk-luhansk>
- The Guardian. (2015). *World - Europe*. Obtido em 22 de Abril de 2019, de TheGuardian: <https://www.theguardian.com/world/2014/sep/10/ukraine-russia-troops-border-east-poroshenko>
- The Guardian. (2015). *World - Europe*. Obtido em 19 de Abril de 2019, de TheGuardian: <https://www.theguardian.com/world/2014/dec/17/ukraine-ceasefire-frontline-counting-cost-war-uneasy-calm>
- The Guardian. (2015). *World - Europe*. Obtido em 11 de abril de 2019, de TheGuardian: <https://www.theguardian.com/world/2014/sep/06/eastern-ukraine-ceasefire-russia>
- Tikkanen, A. (s.d.). *Donets River*. Obtido em 19 de abril de 2019, de BRITANNICA: <https://www.britannica.com/place/Donets-River>
- Umbach, F. (2014). *NATO Review, Energy security: running on empty?, Russian-Ukrainian-EU gas conflict: who stands to lose most?* Obtido em 27 de abril de 2019, de NATO: <https://www.nato.int/docu/review/2014/NATO-Energy-security-running-on-empty/Ukrainian-conflict-Russia-annexation-of-Crimea/EN/index.htm>
- Varanda, A. A. (2016). *Possibilidade de Emprego de Forças-Tarefa Subagrupamento nos Cenários do Conceito Estratégico Militar Português*. Lisboa: Academia Militar.
- Varettoni, W. (2011). *Crimea's Overlooked Instability*. Obtido em 19 de abril de 2019, de CSIS: https://csis-prod.s3.amazonaws.com/s3fs-public/legacy_files/files/publication/twq11summervarettoni.pdf
- Yin, R. (2015). *Estudo de caso – Planejamento e Métodos*. Porto Alegre: Bookman.

Apêndice A - Relações entre a Política e a Estratégia



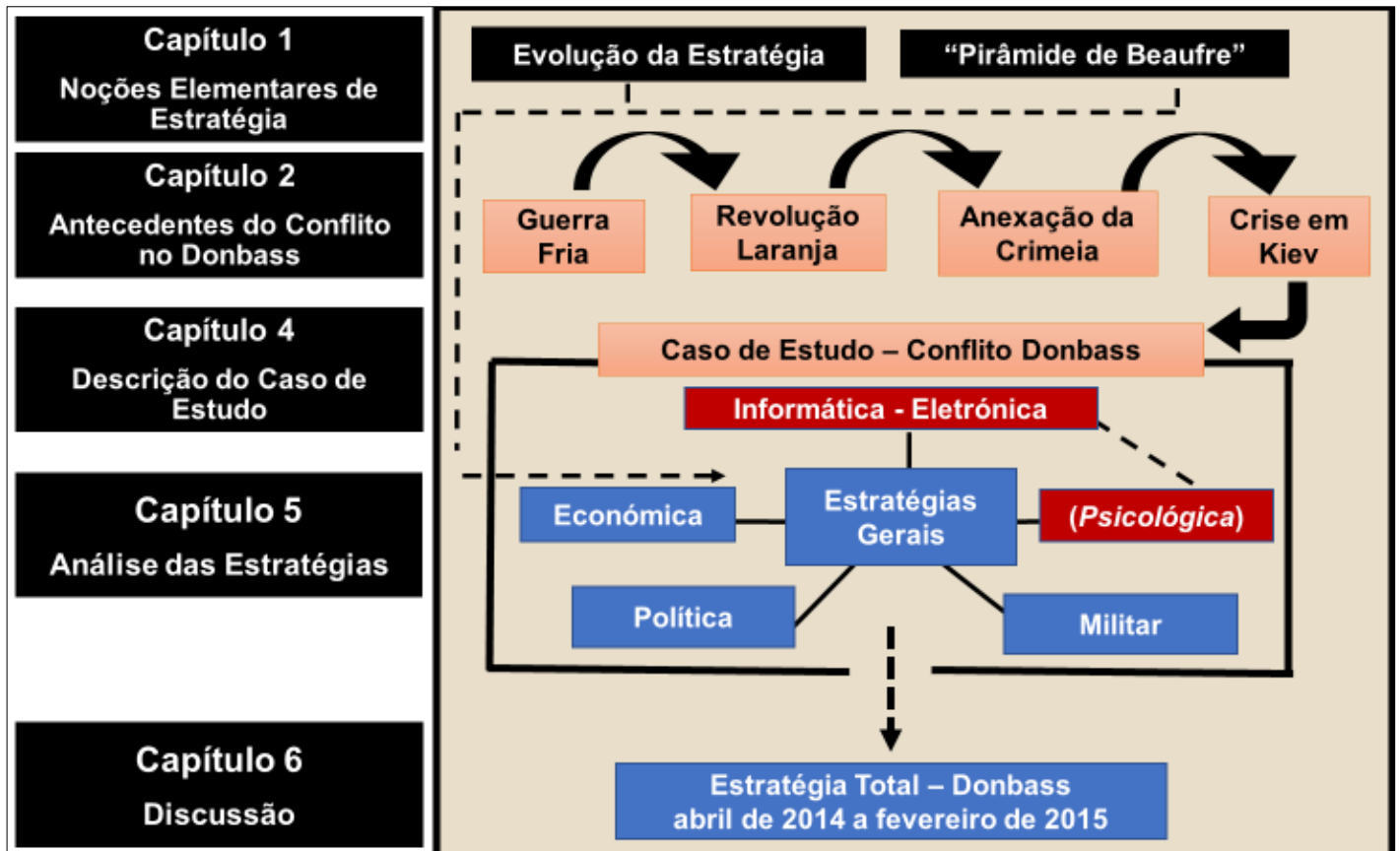
Fonte: construído pelo autor, adaptação de Dias Sequeira e Mendes Dias (2017)

Apêndice B - Objeto (Estratégia) e os Critérios de Classificação



Fonte: construído pelo autor, adaptado de Dias Sequeira e Mendes Dias (2015)

Apêndice C - Modelo de Análise



Fonte: construído pelo autor, adaptado de Varanda (2016)

Apêndice D – Artilharia de Campanha em Donbass

O conflito entre a Rússia e Ucrânia encontra-se neste momento no seu quinto ano. No período de 2014 a 2015, aquilo que parecia ser apenas uma intervenção de uma grande potência, em que não se correu ao “derrame sangue” no que toca à anexação da Crimeia, veio mais tarde a transformar-se numa insurreição separatista na região de Donbass no espaço de menos dois meses (Karber & Thibeault, 2016).

No presente séc. XXI, após todos os factos históricos, a Rússia pode por muitos já não ser considerada como uma superpotência, mas continua a representar uma ameaça. O Presidente Putin, chama a estes conflitos, “*new generation warfare*”, tendo como alvo os pontos fracos de todo o Ocidente. Esta “*new generation warfare*” é caracterizada pelo envolvimento quer de forças de insurreição quer de forças convencionais destacando-se, neste caso, o emprego das forças de artilharia pelos intervenientes (Karber & Thibeault, 2016).

A maior facilidade de vigilância aérea em conjunto com os fogos de artilharia em massa e os sistemas de lançamento de foguetes múltiplo levaram a que fosse produzido um novo nível de violência no combate convencional moderno. Aponta-se, aproximadamente, que 80% de todas as baixas sejam produzidas pelo emprego da Artilharia (Karber & Thibeault, 2016).

Por parte da Rússia, a Artilharia é empregue sob a forma de missões de tiro direto, com faixa entre os 1 e os 6 km, de forma a suprimir as defesas anti-tanque do inimigo. As forças russas procuram, ainda, o aumento do alcance das suas bocas de fogo, na tentativa de alcançar uma maior dispersão no campo de batalha. Esta dispersão do campo é possível graças à capacidade dos radares de contrabateria e dos veículos de reconhecimento não tripulados.

Sendo que a Artilharia Russa possui uma vantagem de 3:1 face à Artilharia do Exército Ucrainiano, é perceptível que o emprego, por parte da Rússia, de um tipo de munições convencionais aperfeiçoadas (pela combinação de diferentes munições e pelo empenho de munições de minas dispersáveis com munições com capacidade de ataque superior em projeteis termobáricos agrave ainda mais a situação de desvantagem das forças ucranianas (Karber & Thibeault, 2016). Segundo Karber, enquanto os ucranianos têm sido, na generalidade, bem sucedidos no uso da artilharia como método defensivo, é da parte das forças russas que se destacam cinco novas tendências relativamente ao uso deste tipo de armas (Karber P. , 2015):

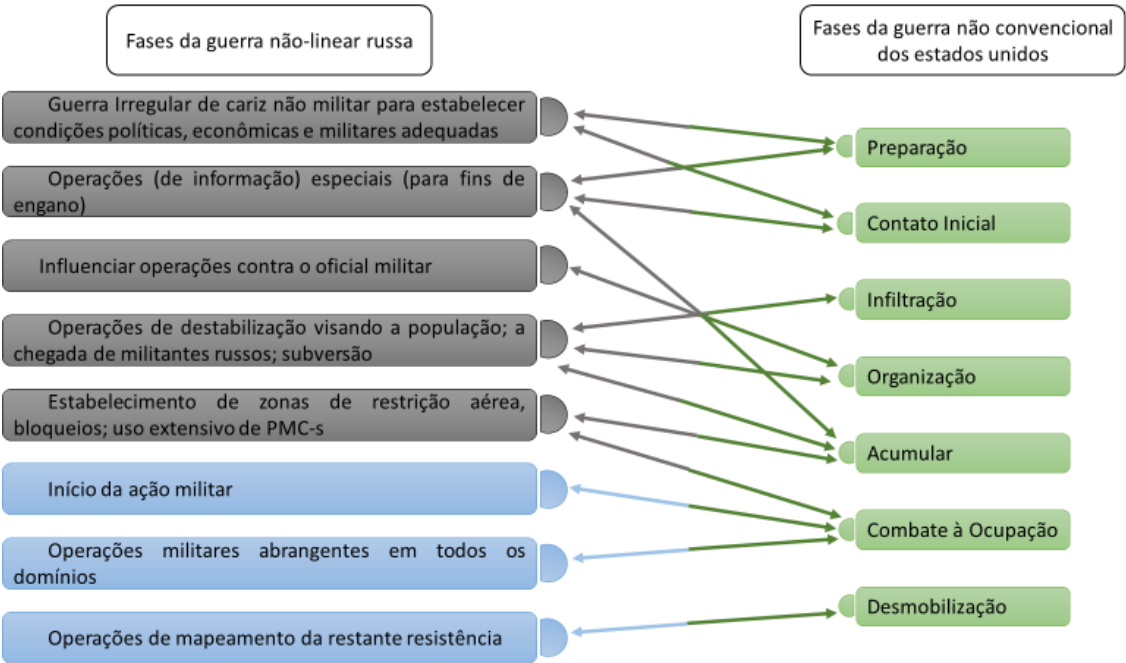
1. **Crescente ênfase no emprego de *Multiple Launch Rocket Systems* (MLRS)** – as forças russas usam, principalmente, 5 tipos de MLRS: (1) BM-21 Grad, (2) BM-21-1, (3) TOS-1, (4) BM-27 Uragan, (5) BM-30 Smerch.

Em Julho de 2014, quando as forças ucranianas foram bem sucedidas em criar uma linha de separação entre os bastiões das repúblicas autoproclamadas de Donetsk e Luhansk, os russos iniciaram uma série de ataques contra os combatentes ucranianos: em seis semanas, contaram-se 53 ataques em 40 localizações distintas, dizimando grande parte do exército ucraniano.

Por outro lado, na guerra do Donbass, a Rússia triplicou a proporção de MLRS relativamente a sistemas tradicionais desde a década de 1980, enquanto a Ucrânia manteve essa proporção estável. De realçar, também a preferência russa por uma utilização maciça de fogos de área, enquanto a Ocidente há uma maior preocupação com ataques de elevada precisão.

2. **Tiro de artilharia direto também tem sido uma tendência popular no conflito**, particularmente com o uso bem-sucedido, por ambos os beligerantes, do autopropulsado 2S1 Gvozdika, pela sua manobrabilidade e solidez mecânica – do lado russo, é usado para fogo indireto e como arma de assalto. Do lado ucraniano a sua principal utilização prende-se com defesa anti-carro de combate, pela falta de outras opções mais eficazes.
3. A **descentralização da artilharia** é outra tendência que se verifica do lado russo.
4. A tentativa de aumento do alcance dos sistemas de fogo é também um destaque neste conflito: enquanto a artilharia ucraniana tem vindo a funcionar ao nível de batalhão (como é tendência, por exemplo, das forças da OTAN) cada vez mais reconhecem a necessidade de aumento da dispersão, de forma a contrariar os ataques russos de forma mais eficaz.
5. A última tendência descrita por Karber é a **crescente ênfase na utilização de radares de contra-bateria**: os russos têm usado alguns dos seus melhores sistemas na guerra do Donbass (como o Zoopark-1, o Leopard-T e o Lyx-1) enquanto, do lado da Ucrânia, o ANTPQ48, com um alcance de apenas 5 km, foi providenciado pelos EUA.

Apêndice E – Esquema entre as Estratégias Militares dos EUA e da Rússia



Fonte: construído pelo autor

Anexo A – Entrevista do programa “Prós e Contras”

Excerto da Intervenção do Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas, Almirante Silva Ribeiro, a 15 de abril de 2019, no programa “*Prós e Contras – Quem protege a democracia?*”, emitido pela RTP1.

Fátima Campos Ferreira – Como definiria a relação que existe entre aquilo que é o Conceito Estratégico de Defesa Nacional (...) e o Conselho Estratégico de Segurança(...)?

Almirante Silva Ribeiro – (...) na realidade, aquilo que se passa, é que uma tecnologia que foi desenvolvida com finalidades benignas de facilitar a comunicação (...) se está a tornar, desde há uns anos a esta parte, uma tecnologia de guerra, uma tecnologia que pode ser utilizada com finalidades estratégicas de obrigar governos, obrigas pessoas obrigar organizações a ceder à vontade externa de outros atores que nem conseguimos tipificar em termos da sua dimensão física, da sua identidade, da sua localização exata. Portanto nós estamos num momento de rutura tecnológica da guerra. (...) [A guerra era feita com recurso ao desenvolvimento de armas] em função do tipo de guerra que se queria fazer; esta arma que temos hoje (...) não foi desenvolvida para a guerra, foi desenvolvida com finalidades de melhorar as condições de vida e comunicação entre as pessoas e que os atores internacionais estão agora a utilizar para finalidades estratégicas que podem ir desde a apropriação de dados de empresas até, como aconteceu, por exemplo, (...) quando a Rússia invadiu a Geórgia ou quando invadiu a Ucrânia, para lançar campanhas de desinformação pública ou até para desarticular os sistemas de comando e controlo dos países que estavam a ser objeto do ataque. E, portanto, estamos neste momento de rutura e há aqui um problema que temos que considerar: é que estas tecnologias são de custo extremamente baixo e, portanto, este tipo de guerra pode ser feito por atores que são Estados ou pode ser feito por atores individuais (...). Esta tecnologia permite fazer ações com finalidades estratégicas que eram completamente inacessíveis no passado (...). Isto vai colocar o patamar das disputas num campo completamente diferente daquilo que era clássico: é por isso que há países que já desenvolveram o 4º ramo das Forças Armadas e os seus ciber-comandos. Nós também estamos (...) nesse caminho em Portugal. (...) É evidente que os países estão em estágios de desenvolvimento (...) completamente distintos: nós, em Portugal, já temos uma capacidade de ciberdefesa que consegue proteger os equipamentos da defesa nacional, das Forças Armadas; [quanto à] parte civil, quem tem a função é o [Conselho Estratégico de Segurança].

Esses conceitos têm que ser revistos [porque], hoje em dia, isto não têm fronteiras (até lhe posso mostrar) (...) [mostra esquema relativo ao ciber-ataque sofrido pela Estónia]... isto é a origem dos ataques que foram feitos à Estónia em 2007, vejam de onde é que veêm os ataques e a intensidade dele, é das mais diferentes partes do mundo que atacaram a Estónia e provocaram... desarticularam os sistemas económicos da Estónia, tudo porque a Estónia resolveu mudar de sitio uma estatua de um soldado Russo (...). E portanto, este tipo de conflito que é propiciado por estas novas armas queria dificuldades extraordinárias. Isto tanto pode ser feito do exterior como do interior, não há inimigo externo, não há inimigo interno, portanto estes conceitos clássicos... e o próprio terrorismo já tinha posto em causa, porque o terrorismo... de onde está o inimigo externo e o inimigo interno dos ataques terroristas, que às vezes eram cidadãos franceses que fizeram ataques em França e aquilo é um ataque terrorista e portanto estes conceitos clássicos que vinham do tempo da Guerra Fria, de segurança e defesa hoje em dia têm que ser completamente revistos, nós não podemos continuar a desenvolver e a organizar as nossas estruturas de defesa com base nos conceitos da Guerra Fria onde o inimigo estava perfeitamente definido, tinha estruturas fixas, nós quantificávamos exatamente os meios materiais e humanos e recursos financeiros que tinham para a Guerra. Hoje em dia, isto mudou tudo e portanto nós temos que fazer o exercício que tem que começar nos centros de reflexão estratégica, nas universidades... tem que ser o mundo académico, militar e civil, a juntar-se para criar os conceitos que vão fazer luz, como é que nós vamos organizar os sistemas de defesa para este grande desafio... neste domínio interno.

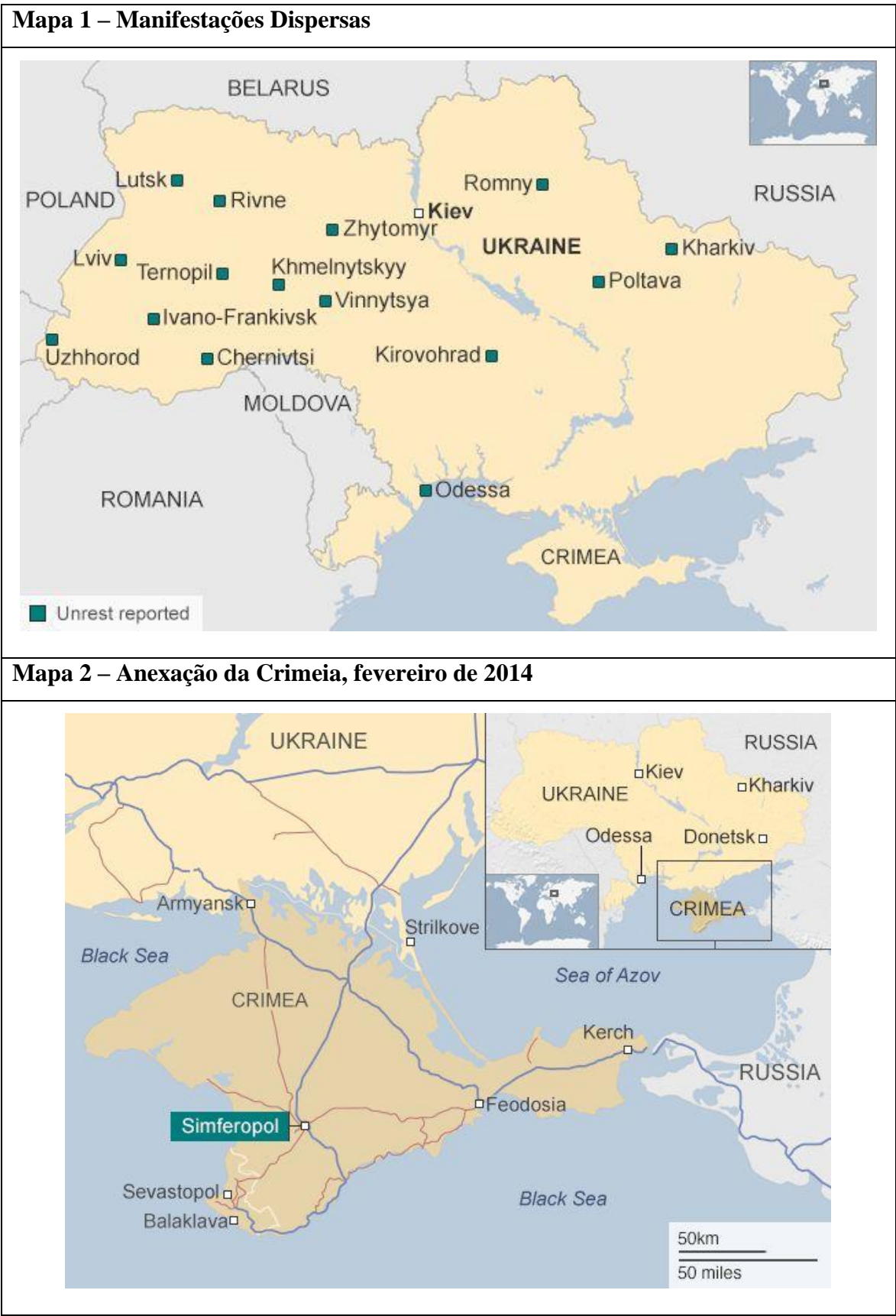
Fátima Campos Ferreira – A crise que estamos abordar... do ponto vista do conceito de estratégia de defesa, que está mais ou menos atualizado... mas do ponto de vista do conceito estratégico de segurança não está tanto, está desatualizado, embora o conceito estratégico de defesa tenha evoluído dentro do conceito estratégico de defesa...?

Almirante Silva Ribeiro – Nesse campo... é que, nós militares, as forças de segurança, os serviços de informações, mas também a comodidade académica nos devemos juntar a refletir sobre estes novos desafios. Isto não é uma coisa militar e policial, como era antigamente que levavam a esses dois ... esta nova ameaça veio alterar completamente esses paradigmas e por isso há aqui um desafio académico, um desafio conceptual, um desafio doutrinário, fundamental que nós precisamos de agarrar para passar a luz que ilumine o caminho para dizer como é que nós vamos defender do mundo em que queremos viver (...)

Fátima Campos Ferreira – O mundo militar está avançado, neste ponto de vista porque nas academias militares têm sido muito desenvolvidos estes conceitos, estudados e desenvolvidos e, portanto, provavelmente está em boas condições para fazer esse debate ...

Almirante Silva Ribeiro – É verdade temos um grande benefício... que é pertencermos a uma organização que é estruturante da defesa do espaço euro-atlântico que é a NATO, e também à União Europeia que também tem organizações onde é feita reflexões. E até é um elemento estruturante, a NATO começou a criar as suas estruturas em 2002 e acabou em 2015, demorou 13 anos a criar as capacidades essenciais para poder reagir a este tipo de ameaças. E criou muito recentemente um centro de comando para assinar a defesa, decidido na cimeira do ano passado e portanto nós temos que ter consciência que se a NATO com as suas capacidades demorou 13 anos a criar estas condições para poder reagir a estas ameaças, um país como nós [Portugal] temos que andar bem depressa e juntarmos todas as nossas capacidades, as nossas competências e recursos para criarmos de facto condições para que Portugal possa proteger aquilo que é verdadeiramente crítico ao funcionamento do país.

Anexo B -Evolução do Conflito na Região de Donbass



Mapa 3 – Cidades controladas pelos separatistas, abril de 2014



Note: Control of Mariupol regained by Ukraine

Mapa 4 – Referendo de 11 de maio



Mapa 5 – Eleições presidenciais na Ucrânia



Mapa 6 – Abate da aeronave MH17, 17 de julho



Mapa 7 – Controlo da cidade de Novoazovsk pelos separatistas



Mapa 8 – Violações do tratado de Minsk I, setembro de 2014



Mapa 9 – Batalhas pelos aeroportos de Donetsk e Luhansk, janeiro de 2015



Mapa 10 – Situação a 12 de fevereiro de 2015 – Acordo de Minsk II



FONTE: (BBC NEWS, 2015)